



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS - CCJS
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO E SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

GEANE LAISE DE SOUSA GARCIA

O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA UFCG: Um enfoque
na particularidade do CCTA- Pombal.

SOUSA/PB

2018

GEANE LAISE DE SOUSA GARCIA

**O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA UFCG: Um enfoque
na particularidade do CCTA- Pombal.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Coordenação do curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande- UFCG, como requisito parcial para à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª. Ma. Suamy Rafaely Soares.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA FONTE
Biblioteca Setorial de Sousa UFCG/CCJS
Bibliotecária – Documentalista: MARLY FELIX DA SILVA – CRB 15/855

G216e Garcia, Geane Laise de Sousa.
O exercício profissional do assistente social na UFCG: um enfoque na particularidade do CCTA - Pombal. / Gean Laise de Sousa Garcia. - Sousa: [s.n], 2018.

72 fl.

Monografia (Curso de Graduação em Serviço Social) – Centro de Ciências Jurídicas e Sociais - CCJS/UFCG, 2018.

Orientadora: Prof.^a Me. Suamy Rafaely Soares.

1. Serviço Social. 2. Política de Assistência Estudantil. 3. Ensino Superior. I. Título.

Biblioteca do CCJS - UFCG

CDU 36:378(813.3)

GEANE LAISE DE SOUSA GARCIA

O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA UFCG: Um enfoque
na particularidade do CCTA- Pombal.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Coordenação do curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande- UFCG, como requisito parcial para à obtenção do título de bacharela em Serviço Social, sob a orientação da Prof^a. Ma. Suamy Rafaely Soares.

Aprovado em: 14/12/2018

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Me. Suamy Rafaely Soares- UFCG
ORIENTADORA

Prof^a. Me. Tatiana Raulino de Sousa - UFCG
EXAMINADORA INTERNA

Prof^a. Me. Cibelly Michalane Oliveira dos Santos Costa- UFCG
EXAMINADORA INTERNA

Aos meus pais, fonte de amor e inspiração, que me acompanham neste processo de graduação e por toda a vida, me doando fé!

"O momento que vivemos um momento pleno de desafios. preciso resistir e sonhar. necessário alimentar sonhos e concretizá-los dia a dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários."
(Marilda Iamamoto)

AGRADECIMENTOS

Chegada a fase final desse trabalho, é dado o momento de dedicar-me aos agradecimentos à todos e todas que caminharam até aqui junto comigo. Desde as primeiras palavras que formulavam os meus escritos eu já sabia exatamente a quem deveria expressar o sentimento de gratidão.

Sem dúvida alguma chegar até aqui não foi uma tarefa fácil, foram muitas as particularidades que por vezes fragilizaram a minha perspectiva de ir além, em especial, o fato de ter que vender minha força de trabalho durante o processo de graduação, o que claramente tornou-se uma missão necessária e profundamente desgastante, ao passo em que me fortaleceu e motivou a lutar pela minha inserção no âmbito profissional que escolhi.

Chego ao final desse trajeto um pouco cansada, porém, bem mais forte. Até aqui desenvolvi meu poder de criticidade, aprimorei meus conhecimentos, me apaixonei cada dia mais por essa incrível categoria profissional que é o serviço social e vivenciei uma das fases mais importantes deste percurso: o amadurecimento como ser humano. Aprendi aquilo que mais importa nessa vida, que é continuar, acreditar que no final tudo será possível, sem deixar que as pedras que serão lançadas no nosso caminho nos impeçam de alcançar os ideais que traçamos, na certeza de que nossa vitória só é completa se estivermos rodeados daqueles que nos apoiaram.

Por isso...

Gratidão inicialmente à Deus, meu fiel companheiro. Precisei por vezes silenciar para entender que tudo estava ocorrendo no tempo exato designado por ele, que entendeu como ninguém minhas reais condições e não me abandonou até aqui.

Ao meu pai Geraldo Garcia e minha mãe Maria Luzinete. Hoje sei que a realização deles é tão intensa quanto a minha, a simplicidade e garra que esses dois carregam no olhar me motivaram a todo instante.

As minhas irmãs Géssica e Geisa, por se fazerem presentes mesmo de longe me encorajando nos momentos de fraqueza.

A memória do meu avô, Sr. Raimundo Porfírio, exemplo de homem, que se faz presente em meu coração por todos os dias, essa conquista também é sua.

A minha orientadora querida Suamy Soares, meu muito obrigada por acreditar que seria possível e por entender minhas condicionalidades tão bem, foram várias as vezes em que descreditei e suas palavras me reergueram.

Ao meu amável Sebastião Marques, nossa aproximação desde a experiência de estágio supervisionado me instigou a escrever este trabalho, que só foi realizado graças à sua disponibilidade. Te considero um brilhante profissional e ser humano.

A todo o corpo docente e quadro de funcionários desta instituição de ensino, Universidade Federal de Campina Grande, campus Sousa-PB, pelo acolhimento e pelos conhecimentos repassados durante estes anos, sem vocês não seria possível.

A três grandes seres humanos, que em meio a tantas outras atribuições disponibilizaram seu tempo para me auxiliar durante vários momentos que necessitei. Marcus Vinicius, Vinicius Sousa e Kamilla Dantas, chegar ao término deste trabalho sem a ajuda de vocês seria impensável.

A duas grandes pessoas que estão comigo desde o início de tudo, Ana Carla e Erica Almeida, vocês são duas grandes companheiras que dividem comigo além da bondade que carregam no coração, os momentos, sejam eles entristecedores ou gloriosos.

A um grande parceiro que mesmo longe, por tantas vezes se preocupou com o andamento dos meus escritos e me confortou com sua calma, Rodrigo Formiga, és muito especial.

As pessoas queridas que conheci na universidade e que fortaleceram nossa amizade para além dos muros desta instituição, Bruna Alves e Marina Rabello, ter vocês comigo é um presente de Deus.

A João Bosco e Maria Aparecida, pessoas para quem vendi minha força de trabalho durante minha graduação e que mesmo sem saberem, foram grandes motivadores. Produzir no espaço acadêmico e no comércio foi uma conciliação difícil, mas que me impulsionou até aqui na busca pelos meus sonhos.

Aos laços que criei durante o processo de graduação, meus companheiros em sala de aula, nos grupos de estudo e nos percursos diários durante o trajeto até a universidade, aqueles que já me acompanham antes desse processo e permaneceram na torcida, aos meus familiares e os demais que não citei nessas entrelinhas, levarei todos em meu coração. Meu muito obrigada!

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso com o tema o exercício profissional do serviço social na UFCG: Um enfoque no ensino superior analisa a forma com se executa a política de assistência estudantil no CCTA, na percepção do assistente social desta instituição. Buscamos identificar as principais demandas que perpassam o setor de serviço social dessa unidade acadêmica, mantendo uma relação com os principais desafios para o fazer profissional do serviço social no ensino superior, sinalizando os impactos sofridos mediante a atual conjuntura. O interesse pela temática foi despertado durante nossas inquietações advindas da nossa experiência, na condição de estagiária da referida instituição. A pesquisa realizada foi de caráter exploratório de cunho fundamentalmente qualitativo. O sujeito de nossa pesquisa corresponde ao assistente social inserido na política de assistência estudantil, no campus Pombal. A coleta de dados processou-se por meio de entrevista semi-estruturada e os dados coletados foram transcritos cuidadosamente. O método de análise utilizado no ato da pesquisa foi o crítico-dialético, por interpretar a realidade a partir da totalidade. Os resultados de nossa pesquisa trazem fatos reveladores no que diz respeito a assistência estudantil do CCTA, sob os ditames da atual conjuntura, sendo assim, este escrito é de relevante importância para os discentes, profissionais e demais leitores envolvidos na temática da assistência estudantil.

PALAVRAS CHAVE: Serviço social, Assistência estudantil, Ensino superior.

ABSTRACT

This study of conclusion of course with the theme the professional exercise of social service in the UFCG: A focus on higher education analyzes the way as is executed the policy of student assistance in the CCTA, in the perception of the social worker of this institution. We seek to identify the main demands that permeate the sector of social service this academic unit, maintaining a relationship with the main challenges for the to do professional of social service in the higher education, signaling the impacts suffered through the current conjuncture. The interest in the subject was aroused during our restlessness arising from our experience, as a trainee of that institution. The research was of an exploratory character of fundamentally qualitative nature. The subject of our research corresponds to the social worker inserted in the policy of student assistance, in the campus of Pombal. The subject of our research corresponds to the social worker inserted in the policy of student assistance, in the campus of Pombal. The collect of data was processed through of an interview semi- structured and the data collected were carefully transcribed. The method of analysis used in the act of research was the critic-dialectic, for interpreting reality from the totality. The results of our research bring revealing facts about the student assistance in the CCTA, under the dictates of the current conjuncture, being thus, this writing is of relevant importance for the students, professionals and other readers involved in the thematic of student assistance.

KEY WORDS: Social Service, Student Assistance, Higher Education.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CBAS- Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CCTA - Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar

CFE - Conselho Federal de Educação

CFESS- Conselho Federal de Serviço Social

CRESS- Conselho Regional de Serviço Social

CF- Constituição Federal

ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudante

FESC- Fundação de Ensino Superior de Cajazeiras

FHC- Fernando Henrique Cardoso

FIES- Fundo de Financiamento Estudantil

FIP- Faculdades Integradas de Patos

FMI – Fundo Monetário Internacional

FONAPRACE- Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

IES – Instituições de Ensino Superior

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDBE – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LOAS- Lei Orgânica da Assistência Social

MEC – Ministério da Educação

PAEG- Programa de Auxílio ao Ensino de Graduação

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

PIB – Produto Interno Bruto

PNAES- Plano Nacional de Assistência Estudantil

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PROUNI – Programa Universidade para Todos

REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SINAES- Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SISU- Sistema de Seleção Unificada

UATA- Unidade Acadêmica de Agronomia e Tecnologia de Alimentos

UFCG- Universidade Federal de Campina Grande

UFPB- Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.	12
2. EDUCAÇÃO, UNIVERSIDADE E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA DÉCADA DE 1990.....	14
2.1 A UNIVERSIDADE BRASILEIRA SOB O VIÉS DA CONTRA-REFORMA.....	16
2.2 A CONSTITUIÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	23
3. A RELAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	31
3.1 O PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: EMBATES COM O PROJETO NEOLIBERAL E AS CONTRARREFORMAS DO ESTADO BRASILEIRO.....	32
3.2 A INSERÇÃO DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	38
3.3 O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: UM ENFOQUE NO ENSINO SUPERIOR.....	42
4. DESVENDANDO O OBJETO: A PARTICULARIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO CCTA.	47
4.1 PERCURSOS METODOLÓGICOS.....	48
4.2 CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO SÓCIO-OCUPACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO CCTA.....	50
4.3 A PROBLEMÁTICA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA PERSPECTIVA DO CCTA	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS.	64
APÊNDICES	
APÊNDICE I -QUESTIONÁRIO	
APÊNDICE II- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como finalidade analisar as particularidades que norteiam o fazer profissional do serviço social na especificidade da Universidade Federal de Campina Grande, campus Pombal, na perspectiva do profissional inserido nessa instituição. O mesmo constitui-se como fruto de nossa experiência de estágio que foi realizada neste âmbito de assistência estudantil.

Estando inserida na atual conjuntura e desencadeando-se como uma das políticas públicas operacionalizadas pelo Estado, a Assistência estudantil vem sendo alvo das mudanças ocorridas via neoliberalismo, que foi implantado no país na década de 1990, durante o governo Fernando Collor de Melo, permanecendo na atualidade.

As universidades federais também são afetadas por essa onda de contrarreformas, sofrendo reflexos que alteram todos os serviços oferecidos, especialmente os que concernem as políticas de assistência estudantil, onde o estado passa a se exaurir cada vez mais de suas responsabilidades neste âmbito, transferindo-as para a sociedade e contrariando frontalmente o que está preconizado na Constituição Federal de 1988. Mediante esta desresponsabilização estatal, potencializa-se o caráter seletivo e focalizado das ações de assistência estudantil.

Essa infeliz realidade é notória na execução da prática profissional dos assistentes sociais na educação superior, justamente por esse motivo que buscamos desvelar as particularidades e os desafios que norteiam o cotidiano deste profissional na assistência estudantil, onde este mesmo profissional faz análises acerca do cenário em que está inserido.

Destacamos a relevância desse trabalho, visto que o mesmo nos proporcionou uma análise mais aprofundada a respeito da efetivação da política de assistência estudantil, compreendendo a precarização da prática do assistente social, os principais fatores que incidem sobre a fragilização desta categoria e ampliando as análises nessa temática.

Esse trabalho foi elencado em três capítulos, os quais iremos referenciar para um melhor entendimento.

No primeiro capítulo intitulado Educação, universidade e Assistência Estudantil: uma análise a partir da década de 1990 trouxemos inicialmente um resgate histórico crítico e analítico da política de educação brasileira, contextualizando os principais fatos históricos que perpassam esse processo, respaldando ainda o cenário de contrarreformas na educação

superior sob o viés neoliberalista, subsequentemente voltamos nossas abordagens para a constituição da assistência estudantil especialmente nas instituições de ensino superior.

No segundo capítulo designado A relação do serviço social com a assistência estudantil, discutimos de antemão, o projeto ético político do serviço social, trazendo ao debate a conjuntura e os documentos que o norteiam, além dos ganhos que este traz para o serviço social, em seguida destacamos como os assistentes sociais inserem-se na assistência estudantil e nos últimos escritos deste capítulo fizemos abordagens com relação as especificidades profissionais do serviço social na assistência estudantil, priorizando o ensino superior.

No terceiro e último capítulo em que se estrutura esse trabalho, denominado Desvendando o objeto: o exercício profissional do serviço social na assistência estudantil na particularidade do CCTA relatamos os percursos metodológicos percorridos durante esta pesquisa e trouxemos a análise dos dados coletados, reforçando a prática profissional do assistente social pesquisado sob os direcionamentos da contrarreforma.

Por fim traçamos as considerações finais e a relevância deste trabalho para os discentes, profissionais, usuários dos programas assistenciais na educação superior e possíveis leitores engajados na perspectiva da execução da assistência estudantil.

2 EDUCAÇÃO, UNIVERSIDADE E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA DÉCADA DE 1990.

Para que possamos discutir acerca do surgimento de espaços educacionais, bem como da gênese e expansão da assistência estudantil, interligada ao processo de contrarreforma vivenciado no Brasil desde a década de 1990, faz-se necessário situar o objeto principal de nossa pesquisa (que se trata da análise das particularidades do exercício profissional do assistente social na política de assistência estudantil do Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar - Universidade Federal de Campina Grande, campus Pombal-PB), constituído no seio do modo de produção capitalista, fundamentando as particularidades brasileiras.

A política educacional, assim como as demais políticas sociais estrutura-se no capitalismo, atuando como forma de intervenção estatal na questão social - entendida a partir da lei geral de acumulação capitalista, que além de demonstrar como se gesta o processo de acumulação do capital, traz os impactos deste movimento para a classe trabalhadora.

O homem que primordialmente produzia mercadorias para o próprio uso passa a fabricá-las em série com a finalidade de compartilhar destas com outros homens por meio da comercialização. Eis que o encadeamento do modo de produção capitalista se dá através da relação de classes antagônicas, sendo estas a classe trabalhadora ou proletária e a classe burguesa ou capitalista.

Neste cenário contraditório, a classe trabalhadora subalterna é aquela portadora apenas de sua força de trabalho, sendo a produtora de mercadorias, que de acordo com Marx (1996) se especificam numa dupla determinação que se refere ao seu valor de uso (o que determina seu caráter útil) e valor de troca (o que determina o seu valor equivalente). Já a classe burguesa refere-se aquela que compra a força de trabalho e a mercadoria produzida pelos trabalhadores, desenvolvendo assim seu processo de enriquecimento e acumulação do capital.

[...] o vendedor da força de trabalho, como o vendedor de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor de troca e aliena seu valor de uso. Ele não pode obter um, sem desfazer-se do outro. O valor de uso da força de trabalho, o próprio trabalho, pertence tão pouco ao seu vendedor, quanto o valor de uso do óleo vendido, ao comerciante que o vendeu. O possuidor de dinheiro pagou o valor de um dia da força de trabalho; pertence-lhe, portanto, a utilização dela durante o dia, o trabalho de uma jornada. A circunstância de que a manutenção diária da força de trabalho só custa meia jornada de trabalho, apesar de a força de trabalho poder operar, trabalhar um dia inteiro, e por isso, o valor que sua utilização cria durante um dia é o dobro de seu próprio valor de um dia, é grande sorte para o comprador, mas, de modo algum, uma injustiça contra o vendedor. (MARX, 1983, p. 160).

Na compra da mercadoria força de trabalho o capitalista desconsidera o fato de que a mesma gera maior valor quando é posta em ação. Já o trabalhador que encontra como alternativa única à venda de sua força de trabalho como garantia de sua reprodução assegura também a reprodução do modo de produção capitalista.

Tal processo não se dá aos olhos do trabalhador, já que este idealiza uma falsa liberdade durante o movimento de compra e venda de sua força de trabalho, inserindo-se no campo da alienação. Nas palavras de Nascimento (2013, p.35, apud Mészáros, 2006, p.98):

O fenômeno da alienação consolida-se no capitalismo pelo fato de que, nesta sociabilidade específica, a relação do homem com a natureza se dá pela mediação de uma atividade alienada. Não dispondo de poder sob sua própria atividade produtiva o homem torna-se sujeito à “[...] instrumentos cada vez mais poderosos de sua própria criação [...]”. Ou seja, na sociedade capitalista, voltada para a produção de mercadorias, a relação do produtor com o seu produto mistifica-se e o que é criação humana aliena-se (afasta-se), torna-se estranho ao próprio homem.

Neste cenário, a educação surge como instrumento de mediação objetivando a orientação na formação de indivíduos de acordo com as necessidades socialmente definidas no plano da reprodução social.

[...] o processo histórico de formalização da educação é resultado da possibilidade posta pela divisão social do trabalho, da burguesia liberar-se do trabalho manual (exercido pela classe trabalhadora), dedicando-se à produção do conhecimento nos diversos campos das ciências baseada nos seus interesses de classe - assim como na promoção do desenvolvimento das mais diversas instâncias organizativas da sociedade. (NASCIMENTO, 2013,p. 36)

A educação assume na sociedade capitalista um campo de disputas entre divergentes projetos educacionais vinculados a diferentes interesses de classes, cumprindo uma ação nitidamente atrelada aos processos alienantes de reprodução do capital. Na concepção de do mesmo autor:

Neste sentido, pensar a escola (inclusive a universidade) sob a égide do capital é pensar numa instituição alienante – assim como as demais instituições subjugadas à esta sociabilidade. Este é o fundamento da crise educacional da sociedade moderna que não se reduz a uma crise de natureza política, mas que diz respeito à necessidade de transcender a totalidade das relações sociais de produção alienadas” (NASCIMENTO, 2013, p. 39).

A crise dos sistemas educacionais vivenciada nos países centrais e periféricos remete-se a uma crise estrutural que atinge os diversos segmentos de produção e reprodução do capital. Neste contexto analisaremos neste primeiro momento os atuais processos em que está inserida a educação, apreendendo os impactos e determinações da contrarreforma

universitária, predominante no Brasil nos anos 2000, sob a redefinição e ampliação do capitalismo a partir da segunda metade do século XX.

2.1 A UNIVERSIDADE BRASILEIRA SOB O VIÉS DA CONTRA-REFORMA.

Durante anos de 1990 o Brasil é tido como uma grande potência continental, economicamente ascendente, que abriga um solo fértil e uma população trabalhadora, que sacrifica seu suor pelas vias do trabalho e do desenvolvimento deste país. Como cita Behring (2008, p.20):

[...] o Brasil tornou-se o oitavo PIB do mundo até 1994 (depois disso, o PIB caiu para a 11ª posição entre os países, segundo o FMI), industrializou-se e urbanizou-se pela via de modernizações conservadoras, conduzidas pelo alto. Foi um país que, fundado no desenvolvimento, promoveu saltos para a frente, cresceu a taxas impressionantes durante cinquenta anos (em média, 5,6 %, entre 1940 e 1980), mas mantendo também impressionantemente desigualdade social---a quarta pior distribuição de renda do planeta, conforme dados recentes do PNUD---, expressa na imensa concentração de renda e riqueza: constitui um país pobre rico.

Como a autora traz em seus escritos, o Brasil, na medida em que alavanca economicamente controla de forma repressiva a classe trabalhadora que explorada rigorosa e alienadamente, busca responder às demandas do capital e seus desdobramentos nas incansáveis tentativas de se reerguer durante a queda das suas taxas de lucro.

Trata-se de um crescimento contraditório, onde o sistema de produção capitalista mantém seu ápice e a classe trabalhadora é desapropriada dos direitos que lhes foram concedidos de forma mínima durante toda a trajetória dos enfrentamentos de classe no Brasil. Na concepção de Nascimento (2013, p 26):

O movimento de reprodução ampliada do capital é responsável pela pauperização absoluta e/ou relativa da classe trabalhadora, que se refere tanto a degradação absoluta das condições de vida dos trabalhadores registradas historicamente - sobretudo na fase inicial do desenvolvimento capitalista - quanto às situações em que esta classe, mesmo tendo vivenciado melhoria no seu padrão de vida (acesso à políticas sociais de saúde, educação, moradia etc.), não se apropria de forma equitativa da riqueza socialmente produzida.

Nesse cenário de capitalismo ascendente que envolve relações sociais e trabalhistas antagônicas entre burguesia (capitalistas) e proletariado (trabalhadores), temos a atuação de uma terceira entidade, o Estado.

O capitalismo necessita de uma instituição que não esteja orientada prioritariamente para a necessária produção de mais-valia e que ocupe um patamar acima dos interesses da grande maioria dos capitalistas, exercendo um papel de funcionalidade. Nesse sentido, o papel do Estado no modo de produção capitalista está circunscrito às seguintes orientações:

a) garantir os fundamentos da *acumulação capitalista* (a propriedade privada, a exploração, o controle capitalista sobre o destino da riqueza socialmente produzida e a repressão a todo ato que ameace a “estabilidade social”; b) promover a legitimação da *ordem social vigente* (tanto garantindo o envolvimento e o respeito à leis, quanto criando a vinculação e o compromisso dos cidadãos com um ideológico Estado neutro e um também ideológico sistema de liberdade e igualdade de oportunidades para todos; e c) responder a *demandas da classes trabalhadoras*, desde que não corromam os aspectos anteriores, constituindo tais respostas (leis e direitos trabalhistas, direitos e serviços sociais, direitos políticos) [...], verdadeiras *conquistas* e de trabalhadores e setores subalternos da população (MONTÃO; DURIGUETTO, 2011, p. 143-144, Grifos Dos Autores).

De acordo com as reflexões supracitadas, o Estado assume um caráter cada vez mais classista no capitalismo, de forma que, apesar de atender alguns interesses da classe trabalhadora, representa os interesses do capitalismo, atuando numa perspectiva de mediação de classes, ou seja, busca representar os anseios dos/as trabalhadores/as e, concomitante, os interesses capitalistas, na tentativa de conter qualquer ameaça a sua hegemonia.

Analisando essa dinâmica Nascimento (2013) nos revela que o Estado configura-se como um elemento que assume preocupação na garantia da reprodução das relações sociais capitalistas, ou seja, que defende a ideia de que o trabalhador permanece sendo explorado – mas com condições mínimas de sobrevivência - e a classe dominante assume a exploração sobre esses – desde que não exceda os limites de exploração impostos no diálogo frente ao estado.

O Estado assume seu papel de suporte ao modo de produção capitalista, sustentando a disparidade das relações capital e trabalho, nutrindo o sistema vigente e criando condições para a manutenção do mesmo, ora utilizando-se dos seus mecanismos de repressão para conter os conflitos advindos das lutas de classes, ora efetivando medidas integradoras que garantam a reprodução das ideologias das classes dominantes, promovendo a aceitação da exploração vivenciada pelas classes subalternas, um desses mecanismos diz respeito ao sistema educacional, o qual irei esboçar de forma cuidadosa no transcórre deste trabalho.

É imprescindível dedicar-se a contra reforma do sistema educacional sem antes abordar o processo de crises do modo de produção capitalista e, conseqüentemente, a contra reforma do estado, já que esta primeira é resultante da última. Para tanto apresentarei análises sucintas a partir das décadas de 1980 e 1990, para melhor acentuar o processo de crises do

sistema capitalista e seus rebatimentos nas esferas sociais, pontuando as principais alterações que configuram as respostas burguesas ao momento de declínio do capital.

O período que antecede a década de 1970, também conhecido como “30 anos gloriosos” do capital, foi marcado pelo alargamento econômico, aumento da empregabilidade e forte intervenção estatal nos países centrais. O modelo de produção keynesiano-fordista caracterizava-se pela produção em linha de montagem em massa, propiciando uma elevação na produção, objetivando a redução dos custos com a produção e efetivando a amplificação do mercado, sustentando a lógica de um Estado de bem estar-social¹-Welfare State.

Construindo análises acerca desse processo, Marques (2014) considera que, o modelo do Estado de Bem-Estar Social trouxe para a sociedade um conjunto de serviços sociais que não era sistematizado anteriormente no campo dos direitos sociais.

Quando o capital entra em crise nos anos 1970, os neoliberalistas tomam o welfare state como precursor deste processo de recessão econômica. Aponta-se como principais aspectos responsáveis pela crise do fordismo e esgotamento do welfare state, a elevação das despesas estatais com os gastos sociais e proteção social dos trabalhadores, o que resultava em um obstáculo para a expansão do capital. De acordo com Nascimento (2013, p 41):

Os sistemas de produção em massa (fordismo) impediam a flexibilidade do planejamento, dos mercados e dos contratos de trabalho. Com o passar das décadas, com o fim da fase de ascensão histórica do capital, o fordismo impôs limites à acumulação de valores cuja dinâmica demandava formas de organização da produção menos rígidas. A tentativa de reversão deste quadro é o que explica a reestruturação econômica e de reajustamento social e político das décadas de 1970 e 1980.

Em resposta ao “suposto” fracasso do fordismo e do Welfare State efetiva-se o processo de reestruturação do mercado de trabalho e flexibilização dos modos de produção, atrelados a onda neoliberalista. Esse primeiro momento definiu-se como reestruturação produtiva, nas palavras de Behring, 2008:

[...] A reestruturação produtiva, como sabemos, vem sendo conduzida em combinação com o ajuste neoliberal, o qual implica a desregulamentação de direitos, no corte dos gastos sociais, em deixar milhões de pessoas à sua própria sorte e “mrito” individuais --- elemento que também destrói as identidades, jogando os indivíduos numa aleatória e violenta luta pela sobrevivência.

¹ Behring e Boschetti (2011) advertem sobre o significado do termo *Welfare State* que, por vezes, é utilizado para designar a natureza do Estado de Bem-Estar. Segundo as autoras, essas expressões são formuladas e utilizadas em cada nação para designar formas determinadas e específicas de regulação estatal na área social e econômica.

A flexibilização do capital preocupa-se com o alcance do nível máximo de produtividade da força de trabalho com custos cada vez mais reduzidos, tendo em vista aumentar a lucratividade, reproduzindo a lógica do sistema e compensando os efeitos indesejáveis dos anos precedentes, sem inquietação alguma em relação à desapropriação de direitos da classe trabalhadora.

Neste cenário intenso de pauperização das classes subalternas, perpassado pelas tentativas de ascensão do sistema capitalista por meio da flexibilização e mundialização do capital, como foi sinalizado anteriormente e mediante as condições econômicas e políticas vivenciadas na época, surge um descontentamento populacional, mobilizando movimentos operários e sociais que contestavam a forma como o país estava sendo conduzindo, buscando a inclusão da população nas pautas referentes ao país.

Na particularidade brasileira, a década de 1970 é marcada pela repressão do golpe militar e na década subsequente irrompe o processo de redemocratização que pautará muitas demandas populares em torno dos direitos sociais básicos, que estavam sendo desconstituídos nos países centrais.

Eis que através da pressão e reivindicação popular é aprovada a Constituição de 1988, representando avanços significativos para a política social e viabilização de direitos, já que o que tínhamos no Brasil até então era um estado de mal-estar social como asseverou asbc

). m desses avanços refere-se à concepção do c amado “trip da seguridade social”, que designa a saúde, assistência e previdência como direitos dos cidadãos e dever do estado. As áreas trabalhistas, o orçamento da Seguridade Social, o âmbito social e o educacional também foram alvos de avanços diante da promulgação da CF de 1988.

No que se refere à educação, a Constituição de 1988 também apontou progressos: a afirmação da educação como um direito social; manteve a gratuidade do ensino público em todos os níveis; a obrigatoriedade das universidades na execução do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a ampliação do percentual das receitas da União (18% no mínimo) a serem aplicadas na educação; a valorização dos profissionais educacionais a partir da garantia dos planos de carreira, com ingresso exclusivo através de concurso público aos da rede pública (TELES apud BRASIL, 1988).

Ao passo em que a Constituição sinaliza avanços e direitos antes desconhecidos à população brasileira e que só passam a ser efetivados a partir de sua concretização, ocorre no Brasil a primeira disputa política presidencial direta, em que a população por meio do voto pode escolher seu representante político. Nesse processo Fernando Collor de Mello é eleito presidente da república e toma posse em 15 de março de 1990, sendo o primeiro presidente

eleito de forma direta, vinte anos após a ditadura militar, enquanto a nação vivenciava um cenário de contrastes entre avanços e retrocessos em função de incontáveis fracassos nos planos econômicos no combate às crises vigentes. Uma de suas principais promessas eleitorais diz respeito à derrota da inflação, através do auxílio das normas neoliberais.

Para a execução de seus preceitos Collor adota planos fundamentados nos cortes dos gastos públicos e conseqüentemente numa reforma financeira, colocando em curso reformas estruturais, processos de modernização, programas de privatizações e redução de tarifas, acelerando a implantação das medidas neoliberais no Brasil. Nas palavras de Behring (2013, p.152):

[...] a política econômica nos dois anos de governo Collor pautou-se por uma adequação destrutiva ao reordenamento mundial. Não houve qualquer ação mais ousada em relação ao problema do endividamento, sem o que é impensável uma perspectiva de investimento e de crescimento, somando elementos ao processo de desarticulação progressiva do padrão de desenvolvimento da economia brasileira, em especial da capacidade do setor público.

Em 29 de dezembro de 1992, Collor renuncia seu mandato, mediante a não aceitação de suas propostas e sobre influencia do processo de impeachment contra o mesmo, além do andamento de acusações de corrupção. Itamar Franco, vice de Collor, assume a presidência da república. Nesse momento, o país vivencia embates entre as reivindicações dos segmentos sociais e as respostas estatais, além do desconforto econômico e social. Behring, (2013) afirma que durante o governo Itamar Franco não houve um criterioso avanço no que diz respeito às legislações infraconstitucionais complementares, em especial destaque a lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), haja vista que tal governo se especializou na manutenção do poder, tal fato sendo constatado pela estabilização proveniente do Plano Real, esse último sendo preconizado por Fernando Henrique Cardoso, então ministro da fazenda.

Como é relatado acima, o então Ministro da Fazenda e posterior presidente da República por dois mandatos consecutivos (1995 a 2002), Fernando Henrique Cardoso, adota o Plano Real na tentativa de estancar a inflação ocorrente. O plano estruturou-se como sendo uma medida econômica que determinou a origem de uma nova moeda: o real. Conforme Behring (2013, p 166-167):

[...] sobre a macroeconomia do Plano Real, houve implicações decisivas para o Estado e as classes. Para a burguesia, há um deslocamento patrimonial dos capitais e uma inserção mais forte do capital estrangeiro, bem como uma rearticulação política em torno da coalizão liderada por Cardoso, mesmo com eventuais tensões internas, que foram se aprofundando ao longo do tempo. Para os trabalhadores, é evidente o

recrudescimento das condições de vida e de trabalho, com ataque simultâneo aos direitos sociais, ensejando um período de lutas políticas defensivas.

Eleito presidente da república Fernando Henrique Cardoso, inaugura o governo FHC, consolidando o projeto neoliberalista no Brasil, nessa conjuntura é importante respaldar o Projeto de reforma do estado de Bresser Pereira².

No que concernem as políticas sociais, Cardoso condicionou o planejamento e execução das mesmas através do tripé: privatização, descentralização e focalização, porém, detenhamo-nos às mudanças ocorridas no cenário educacional durante o governo Cardoso, já que esta é a cerne deste trabalho.

Na concepção neoliberalista a educação é vista como um meio lucrativo, sendo transferida do campo de direitos para o de serviços, via mercantilização e privatização. Durante o governo FHC temos o evidente aprofundamento desse retrocesso educacional, especialmente no ensino superior, onde a grande maioria das medidas adotadas por Cardoso visam desresponsabilizar majoritariamente o estado da gestão da educação superior, incentivando o mercado a exercer o controle da situação.

No destaque das principais ações que afetaram o ensino superior brasileiro no governo FHC temos o Planejamento Político-Estratégico MEC (1995-1998), que articula as parcerias entre o público e o privado. Destaca-se ainda a gênese do Conselho Nacional de Educação (lei nº 9.131/95):

Este órgão substituiu o Conselho Federal de Educação (CFE) e assumiu a característica de um órgão consultor do MEC. A criação do CFE precarizou o ensino à medida que fortaleceu a ampliação das instituições de ensino superior. As deliberações normativas deste órgão apontavam a necessidade de expansão do setor privado na educação, pautando suas ações no argumento de reduzir “o enorme déficit de vagas existentes no ensino superior brasileiro (TELES apud SILVA, 2005, p. 88)

Temos no governo FHC, um contraste no ensino superior, de um lado temos a expansão do mesmo via Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), de outro temos a sua diversificação, através da criação de universidades virtuais, ensino a distância, além da perspectiva de avaliação dos cursos de graduação.

² O projeto de reforma do Estado apresentado por Bresser Pereira propõe um pacto de modernização, que se inicia com a liberalização comercial, as privatizações e o programa de estabilização monetária (Plano Real) e prossegue com a reforma da administração pública: a chamada reforma gerencial do Estado (MONTÃO; DURIGUETTO, 2011.)

O terceiro princípio esteve pautado pela política de avaliação dos cursos de graduação, via Exame Nacional dos Cursos (Provão), atualmente denominado de ENADE (Exame Nacional de Desempenho de Estudante); avaliação das condições de oferta dos cursos; avaliação institucional; Censo do Ensino Superior, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). (MARQUES, 2014, p 66)

Destaco ainda durante o governo FHC a criação do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (lei nº 9.257/96), a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nº 9.394/96), a Lei de Inovação Tecnológica (lei nº 7.282/2002), ambas com a mesma lógica de afastamento do nível superior de ensino das bases estatais e aproximação cada vez mais intensa da privatização.

Conclui-se que ao largo de oito anos a educação superior alavancou em números, porém esse salto se deu via crescimento do setor privativo, onde os recursos investidos nas instituições de ensino públicas foram reduzidos, na medida em que o ensino privado toma forma, ganhando mais proporção ainda durante os governos Lula I e II (2003-2010), que se configuram como mais um momento de implantação das medidas neoliberais atreladas à contrarreforma do ensino superior brasileiro, como tratarei em seguida. Lima, Prado e Novaes (2011, p. 6)

A segunda geração da contrarreforma foi levada a cabo pelo governo Lula da Silva, a despeito da grande expectativa criada em torno de sua vitória eleitoral. Um conjunto de medidas legais e institucionais foram implementadas: a instituição dos SINAES; a regulamentação da oferta da educação a distância; a institucionalização das parcerias público privado; a instituição do PROUNI e do REUNI; a consolidação do ENEM, entre outras. Tais medidas, aparentemente independentes, pois realizadas de forma fatiada, iam compondo o mosaico da contrarreforma. Das múltiplas peças desse mosaico, elegemos como foco de nossa análise os mecanismos que o governo lançou mão para efetivar seu discurso de “democratização” do acesso à educação superior.

Orientado pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado pelo governo federal em 24 de abril de 2007, o governo petista dá continuidade a efetivação do novo modelo de universidade que vem sendo implantado. Nascimento 2013 traz o relato de que:

Na gestão petista, a política educacional do ensino superior, mais especificamente de sua instância federal (com exceção dos programas voltados para as IES privadas, como o ProUni), foi estruturada com recursos provenientes do Programa “Brasil Niversitário”. O relatório do Plano Plurianual do MEC na gestão 2008-2011, demonstra que dentre as principais ações desenvolvidas pelo governo, visando à “reestruturação da educação superior pública federal e ampliação do acesso a esse nível de ensino” MEC, (2011), merecem destaque: o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior/ Sinaes, o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais/ REUNI, o Programa Universidade para Todos – ProUni e o Financiamento concedido a Estudantes do Ensino Superior Não-Gratuito Nacional/Fies.” NASCIMENTO, 3, p 85-86)

O PROUNI que visa garantir o financiamento de bolsas de estudo de forma integral ou parcial a estudantes da graduação em instituições particulares, evidencia a mercantilização do ensino, celebrando claramente a aliança entre o estado e as iniciativas privadas, onde o primeiro “compra vagas” de alunos nessas referidas instituições.

Outra medida adotada pela gestão petista que implica principalmente na expansão de vagas e acesso ao processo de graduação em universidades públicas federais diz respeito ao Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o REUNI. O Programa objetiva a ampliação da oferta de ensino superior, por meio do aumento das taxas de ingresso e redução das taxas de evasão de alunos nas instituições públicas, ampliando políticas de inclusão e assistência estudantil, a qual iremos nos deter no próximo capítulo. Acerca do Reuni, Nascimento, (2013) nos preceitua que o intuito da expansão do ensino superior nas instituições federais que está preconizado através da implantação do REUNI, produz efeitos nocivos ao corpo docente e a comunidade acadêmica, bem como ao conjunto discente que se distanciam dos parâmetros qualitativos de ensino almejavéis.

Tivemos sinalizado no Reuni uma preocupação crescente por parte do governo com quantidade, os números interessavam antes mesmo da qualidade de ensino e de fato isso ocorreu, a partir da criação e efetivação do programa houve um crescente aumento do acesso á graduação, porém, políticas ou mecanismos que viabilizassem a manutenção do corpo discente nas entidades de ensino superior público não foram formulados, implicando num déficit do quadro docente e na estrutura das universidades, desencadeando um verdadeiro sucateamento nas Instituições Federais de Ensino Superior – IFES.

É no núcleo deste aprofundamento neoliberal, que vem sendo concretizado na política educacional brasileira, precisamente no ensino superior, que a assistência estudantil entra em cena, a partir da aprovação do Plano Nacional de Assistência Estudantil/PNAES, em 2007, em decorrência do REUNI. Nesta linha de pensamento abordaremos no tópico a seguir a constituição da assistência estudantil e seu movimento expansivo na universidade.

2.2 A CONSTITUIÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

É no ápice do capitalismo atrelado a expansão produtiva que desencadeada uma onda de lutas por parte da classe trabalhadora em busca de respostas as e pressões da questão social advindas deste modo de produção. Nesta conjuntura preparado o “solo” para a inserção de uma categoria profissional que atue nesses espaços de tensões: o serviço social.

O Serviço Social trata-se de uma profissão que atua num cenário perpassado por tensões, onde busca responder de forma mediadora as demandas impostas pela classe trabalhadora, ao passo que mantém as condições exigidas pelo capital.

A assistência estudantil configura-se como uma das políticas públicas que transformam-se num espaço sócio ocupacional para o serviço social, que visa garantir o acesso e permanência dos estudantes nas universidades brasileiras, desenvolvendo meios para que os universitários imersos nos critérios de vulnerabilidade econômica e social sejam conduzidos pelos programas desenvolvidos a partir de tal política, oportunizando a formação acadêmica dos mesmos.

O serviço social incide no âmbito educacional perpassado por demandas controversas, sendo importante lembrar que a educação formal e atrelada ao estado surge através de interesses da classe dominante, que vem a mesma como uma forma de reproduzir a lógica capitalista.

Para situarmos a constituição da assistência estudantil brasileira, faz-se necessário um breve resgate histórico acerca da implementação do cenário educacional no Brasil da criação das primeiras instituições de ensino superior e do surgimento das práticas assistenciais nos espaços educacionais existentes.

At ser compreendida como “direito de todos e dever do Estado”, como está preconizada na Constituição Federal de 1988, a educação brasileira traça um percurso histórico de interesses e influências da camada dominante da sociedade, que encontrava na educação uma forma eficaz para a lógica reprodutiva do capital, adotando a ideia de que o processo de formação educacional dos indivíduos poderia ser efetuado de forma harmônica com os interesses da classe dominante. Enquanto os indivíduos privilegiados acessavam o ensino superior influenciado, sobretudo pela sua condição econômica, a parcela trabalhadora era vítima das limitações e impasses dos demais níveis educacionais, conciliando suas atividades laborativas com o acesso dificultoso à educação informal.

A educação no país surge no período do Brasil colônia, entre 1500 e 1889, sob a notória influência da igreja, sendo os jesuítas e missionários responsáveis durante quase duzentos anos por propagar a religião aos índios e ensiná-los a ler e escrever conforme a catequese religiosa orientava.

Com a independência do país em setembro de 1822, e conseqüentemente, com a reconfiguração de alguns dos laços coloniais existentes entre Brasil e Portugal, esboçam-se algumas mudanças no cenário sócio – político, econômico e no plano educacional brasileiro.

O âmbito educacional passa a ser associado ao apoio universal e educação popular, objetivando-se a partir desse momento a criação das primeiras universidades brasileiras.

No século XIX, a partir da Proclamação da Independência, há um crescimento de escolas superiores no país, mas sempre no modelo de unidades desconexas e voltadas para a formação profissional. Houve algumas tentativas de criar a primeira universidade no Brasil exemplo disso é o projeto de 1843 que visava criar a Universidade de Pedro II; o de 1847 para a criação do Visconde de Goiânia; entre outras. Mas nenhuma saiu do papel. (VASCONCELOS, 2010, p.401).

Na década de 1920, o Brasil passou por mudanças estruturais e conjunturais advindas do processo de liberação dos escravos, industrialização e urbanização, o que fez com que o país repensasse os seus setores sociais, inaugurando uma série de alterações. Data desta época os primeiros sinais de mobilizações acerca da assistência estudantil no país, intensificando-se nas décadas subsequentes, como esboça Marques (2010 pág. 82):

Desde meados de 1920 assistem-se mobilizações estudantis reivindicando ações para assistência estudantil, mas foi no Governo de Vargas com a aprovação do Decreto 19.850, de 11 de abril de 1931, a chamada de Lei Orgânica do Ensino Superior, em seu o artigo 100º, parágrafo 4º, que surgem as primeiras protoformas de ajuda beneficente aos discentes carentes das universidades brasileiras. Em 1946 com promulgação da Constituição Federal, a educação pública é tratada como direito e a assistência estudantil passa a ser obrigatória para todos os sistemas de ensino. Outros elementos históricos e conjunturais ora fortalecem a assistência estudantil, ora as enfraquecem e faz retroagir as conquistas adquiridas.

O processo de industrialização vivenciado nesta data propiciou reformas econômicas, culturais, urbanas e o campo educacional também participou desse movimento inovador, onde justamente nessa data foram criadas as primeiras universidades brasileiras. A primeira destas situada no estado do Rio de Janeiro, sendo sucedida pela universidade de Minas Gerais em 1927 e Porto Alegre e São Paulo em 1934. É evidenciada também a criação da universidade do Paraná, em 1912 e a de Manaus em 1913, anterior a todas estas, porém as mesmas se gestaram sem apoio de atos governamentais, se dando como instituições autônomas e de caráter privado. Subsequentemente, apenas entre as décadas de 1950 e 1970 é implantada pelo menos uma instituição federal de ensino superior em cada um dos estados brasileiros, legitimando a morosidade do processo de instauração do ensino superior de caráter público e laico no Brasil. (VASCONCELOS, 2010)

Para compreender a trajetória histórica que a assistência estudantil percorre até ser reconhecida como política, Kowalski, divide tal processo em três fases distintas, que são

assim fragmentadas devido às condições políticas, sociais e econômicas que decorrem no Brasil.

QUADRO 1: Linha do tempo dos principais acontecimentos para a institucionalização da Assistência Estudantil no Brasil.

PRIMEIRA FASE	<ul style="list-style-type: none"> - 1928: Promoção, pelo presidente Washington Luis, da construção da "Casa do Estudante Brasileiro" que ficava em Paris. - 1930: Abertura da "Casa do Estudante do Brasil" no RJ, acoplado ao RU. - 1931: Marca de nascimento da AE na universidade, instituída pelo presidente Getúlio Vargas, através do Decreto nº 19851/1931. - 1934: Integração da assistência estudantil passou na Constituição Federal no artigo 157. Previsão do fornecimento de material escolar, bolsa de estudo, assistência alimentar, dentária e médica - 1937: Criação da União Nacional dos Estudantes (UNE). - 1946: Promulgação da Constituição Federal, que estabelece a assistência educacional para alunos "necessitados" e também aborda mecanismo referente à saúde dos discentes. - 1961: Aprovação da LDB que estabelecia a assistência social como um direito a ser garantido de forma igual a todos os estudantes. - 1970: Criação do Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), com ênfase para os programas de alimentação, moradia, assistência médico-odontológico.
SEGUNDA FASE	<ul style="list-style-type: none"> - 1987: Criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), congregando os Pró-Reitores, Sub-Reitores, Decanos, Coordenadores ou responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das IFES do Brasil. - 1988: Promulgação da Constituição Federal que gerou amadurecimento na discussão da política de assistência estudantil (acesso e permanência nas IFES). - 1990: Limitação de recursos nacional para assistência estudantil; discussões sobre a PAE de forma fragmentada e restrita a algumas IFES. - 1996: Aprovação da LDB, que "de costas para a assistência estudantil", não menciona nenhum tipo de financiamento a PAE. - 1998: Aprovação, na Conferência de Paris, da "Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI", que prevê a relevância social dos programas assistenciais oferecidos nas IFES. - 1999: Criação do FIES, que propõe financiar os cursos de graduação para os estudantes nas IES privadas. - 2001: Aprovação do PNE, que dispõe da política de diversificação das fontes de financiamento e gestão das IES. - 2004: Criação do ProUni, que objetiva conceder bolsas de estudos para alunos de baixa renda em IES privadas.
TERCEIRA FASE	<ul style="list-style-type: none"> - 2007: Criação do REUNI, que prevê a ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil. - 2007: criação do PNAES, cujo objetivo é dar subsídios para permanência de alunos de baixa renda nos cursos presenciais na IFES. - 2010: Sanção, em 19 julho, do PNAES como Decreto Lei nº 7.234; assistência estudantil concebida como política pública de direito. Aprovação do Decreto Lei nº 7.233, que versa sobre os procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária. Aprovação, em 30/12/2010, do Decreto nº 7416, que regula bolsas de permanência para a promoção do acesso e permanência de estudantes em condições de vulnerabilidade social e econômica. - 2010/2011: Lançamento do Projeto Lei do PNE para o decênio 2011-2020, o qual, de acordo com a Meta 12, visa desenvolver os programas de assistência estudantil para ampliar as taxas de acesso nas IFES.

Fonte: Kowalski (2012)

O quadro acima sinaliza de acordo com a autora supramencionada, os principais acontecimentos que norteiam a institucionalização da assistência estudantil no país. Acerca da primeira fase Kowalski,(2012, pág 82) relata que :

A primeira fase compreende um longo período, que vai desde a criação da primeira universidade até o período de democratização política. A partir desse momento, identifica-se uma *segunda fase* na qual há um espaço propício para uma série de debates e projetos de leis que resultaram em uma nova configuração da PAE nas universidades brasileiras. Em decorrência, a *terceira fase* abrange um período de expansão e reestruturação das IFES seguindo até os dias atuais.

A primeira fase da implantação da Política de assistência estudantil no Brasil transcorre como coloca a autora citada, num período em que a educação superior era acessível especialmente às elites brasileiras. Precisamente em 1928, durante o governo de Washington Luis, foi construída a Casa do Estudante Brasileiro em Paris, com o objetivo de dá o suporte aos estudantes brasileiros, especialmente os filhos das elites do país, inaugurando assim, as primeiras práticas assistenciais na educação, voltadas principalmente para as classes ascendentes economicamente.

Em 1930, o então presidente da República Getúlio Vargas passa a tratar com maior relevância os assuntos relacionados à educação, buscando a organização da mesma, ocorrendo nessa época a primeira manifestação de reforma no ensino superior

Kowalski (2012) destaca ainda dois importantes decretos promulgados no Brasil, que influenciaram fortemente o ensino superior. Trata-se do primeiro, o Decreto de nº 19.850 de 1931, que se refere à criação do Conselho Nacional de Educação e o segundo, o Decreto de nº 19.851 de 11 de abril de 1931, que trazia análises sobre o Estatuto da Organização das Universidades Brasileiras, sendo estes dois Decretos responsáveis pelas primeiras concepções de regulamentação da assistência estudantil nas universidades. Cabe pontuar neste ano de 1931, outro relevante acontecimento, que concerne sobre a abertura da Casa do estudante no Rio de Janeiro.

A Constituição Federal promulgada em 16 de julho de 1934 passa a incluir a assistência estudantil, prevendo em seu artigo 157 o fornecimento de material escolar, bolsa de estudo, assistência alimentar, dentária e médica aos estudantes necessitados. Posteriormente, no ano de 1937, o Ministério da Educação apoia a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE).

A década de 1940 foi de fundamental importância para a assistência estudantil no Brasil, já que a legislação passou a tratar através da Constituição Federal de 1946, a

assistência aos estudantes com obrigatoriedade em todos os níveis de ensino. De acordo com Kowalski (2012, pág. 88):

A Constituição Federal de 1946, no Capítulo II – “Da Educação e da Cultura”, afirmava no artigo 166, a educação como um direito de todos, que deveria ser ministrada no lar e na escola, com base nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana. Já no artigo 172, regula a assistência estudantil, ao afirmar que “Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar”.

Em 1961, é realizado pela UNE, o Seminário Nacional de Reforma Universitária em Salvador, ano em que também foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que trazia a assistência estudantil como um direito que deve ser garantido de forma igualitária a todos os estudantes, estabelecendo em seus artigos 90 e 91 a assistência social, médico odontológica e de enfermagem aos alunos, além da oferta de bolsas gratuitas aos mesmos para custear as despesas advindas de seu processo de formação.

Encerrando a primeira fase dos acontecimentos que perpassaram a política de assistência estudantil, Kowalski destaca a incidência da crise do capitalismo no ensino superior, em decorrência do regime militar que estava sendo vivenciado no país, atentando para a década de 1970, data esta, em que foi criado pelo Governo Federal o Departamento de Assistência aos estudantes (DAE), que foi extinto nos governos subsequentes.

Nos anos de 1980 o Brasil experimentava uma fase de reordenamento e democratização política, onde a sociedade sentia na pele os efeitos de um devastador regime ditatorial que agudizou os problemas sociais culminando na criação de novas políticas públicas.

Neste período de transição da ditadura para república o campo educacional e as condições de acesso e permanência dos estudantes nas IFES também sofrem fortes alterações. Kowalski 2012 entende este momento como o processo inaugural da segunda fase da política de assistência estudantil brasileira, nas palavras da autora, (2012, pág. 93):

Os problemas decorrentes do acesso e permanência na educação superior ganham espaço para serem discutidos nos Encontros Nacionais de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários/Estudantis e nas reuniões realizadas pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). Esses espaços de discussões criaram condição para ser instituído em 1987, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), que congregava Pró-Reitores, Sub-Reitores, Decanos, Coordenadores e Responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das IFES do Brasil, os quais buscavam encontrar mecanismos adequados para viabilizar a permanência do aluno nas IFES.

As discussões sobre a elaboração de medidas concretas para permanência dos alunos no ensino superior prevista a partir da criação do FONAPRACE ganham um aprofundamento com a Promulgação da Constituição Federal de 1988, também chamada Constituição Cidadã, que se gesta por meio da pressão de diversos movimentos sociais, consolidando direitos sociais e políticos reivindicados durante o processo de redemocratização. No artigo 6º da referida Carta Constitucional a educação aparece inscrita como direito social, juntamente com a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados, prevendo ainda, em seu artigo a educação como “ (...) direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Ao passo em que na década de 1980, passaram a serem garantidos legalmente avanços constitucionais, os anos subsequentes, especialmente a década de 1990 representa um desmonte das políticas públicas, através da onda neoliberal que se instala no país por meio da Reforma do Estado Brasileiro, como já foi tratado no primeiro capítulo deste trabalho.

Neste cenário de retrocessos e limitações nos recursos inerentes a política de assistência estudantil, Kowalski traz a discussão da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996. De acordo com a autora, no artigo 71, inciso IV da Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB (1996) o estado passa a ser desresponsabilizado do financiamento da assistência estudantil, se e aurindo dos custeios dos “[...] Programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social”. KOWALSKI, , p. 4).

Em 8, aprovado na Conferência de Paris, a “Declaração Mundial sobre Educação superior no século I”, sendo através deste documento, que prevê a relevância social dos programas assistenciais oferecidos nas IFES, que são conduzidas algumas transformações em função das modificações econômicas e sociais vigentes, o que acaba incidindo no ensino superior.

Ainda nesta conjuntura de desconstrução das conquistas preconizadas na Constituição de 1988, é aprovado o Plano Nacional de Educação/PNE (Lei nº 10.172/2001), que transfere a responsabilidade do poder público para os grupos privados.

Marques complementa essa fase de recuo na assistência estudantil. Segundo o autor “cumprir citar a criação de dois programas que reforçam as inclinações da LDB e do PNE/2001 de privatização do ensino superior via Fundo de Financiamento ao Estudante de

Ensino Superior FIES) e Programa Universidade Para Todos PRO NI)". MARQUES, 2014, p.89).

Dando abertura a terceira fase da política de assistência estudantil, que se estende até a atualidade, Kowalski pontua a aprovação do Decreto N° 6.096 de 24 de abril de 2007, instituindo o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o programa passa a reunir ações de assistência estudantil atreladas ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão destinadas aos estudantes que se encontram no seu processo de graduação, viabilizando a igualdade de oportunidades para estes, além da redução dos índices de repetência e evasão dos discentes nas IFES ocasionada devido a sua insuficiência financeira.

Ainda em 2007, foi aprovado o Programa Nacional de Assistência estudantil (PNAES), instituído em 12 de dezembro de 2007 pela Portaria Normativa N° 39 de MEC. O FONAPRACE vinha construindo discussões vislumbrando a importância da assistência estudantil na trajetória acadêmica, desencadeando assim, na elaboração deste documento. Outro fator condicionante para a criação do PNAES refere-se a uma série de estudos e pesquisas realizados em torno do perfil socioeconômico dos alunos nos anos de 1997 e 2004, determinando fatores que favoreciam a permanência no ensino superior. Em 19 de julho de 2010, durante o governo Lula o programa é transformado em Decreto Lei N° 7.234. No âmbito da implementação do PNAES, Marques (2014, pg 96) afirma que:

A Portaria Normativa n° 39 de 12 de dezembro de 2007 instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) vinculado à Secretaria de Educação Superior (SESU) do MEC. Esse Programa reúne ações de assistência estudantil articuladas ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão destinadas aos estudantes matriculados nos cursos de graduação das IFES. O parágrafo único do artigo 2º da supracitada Portaria estabelece 09 áreas de atuação: moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. Os demais artigos dessa Portaria dispõem que as ações de assistência estudantil sejam executadas pelas IFES sendo observadas suas áreas estratégicas e as particularidades do corpo discente.

Um dos principais fatores que gestaram o programa supramencionado refere-se às elevadas taxas de evasão de alunos nas IFES em consequência da insuficiência de condições objetivas que lhes permitissem cursar uma graduação. O público alvo do PNAES são estudantes em estado de vulnerabilidade socioeconômica, advindos da rede de educação pública, com renda percapita de até um salário mínimo, que venham a cumprir certas exigências e condicionalidades, a exemplo da apresentação da documentação pessoal e familiar pertinente a cada programa abarcado pelo PNAES.

Ainda como objetivos principais do Programa Nacional de Assistência Estudantil, dispõe em seu Art. 2º:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social.

No ano de 2010, Kowalski (2012, pág.97) destaca que [...] também foi aprovado o Decreto nº 7.233, que trata dos aspectos financeiros das universidades e conseqüentemente sobre a mudança de rubrica e a possibilidade de alternar recursos de um exercício para outro. E, finalmente, a promulgação do Decreto nº 7.416 de 30 de dezembro de 2010, que refere-se a viabilização de bolsas para a implementação de atividades de ensino e extensão universitária nas instituições federais.

Fechando a década de 2010 ocorre o Lançamento do Projeto de Lei do PNE, para o decênio 2011-2020, que segue com um plano de estratégias para todos os níveis de ensino brasileiro, propondo um acréscimo nos gastos com o ensino público, revelando o cenário de idas e vindas da política de assistência estudantil desde sua gênese, onde a maioria das ações que encontram-se envolvidas nesse cenário enaltecem a lógica mercantilista.

Tendo sido elucidadas os principais acontecimentos que perpassam a trajetória da assistência estudantil nas universidades brasileiras, destacamos a execução de tal política vinculada diretamente à diferentes categorias profissionais, dentre os quais se situa majoritariamente o Assistente Social. O Serviço Social constitui uma categoria profissional advinda da contradição do modo de produção capitalista pela educação. (BRASIL, 2010, p. 01) e não de uma racionalização caritativa como muitos supõem, sendo então, o assistente social responsável de forma central para a execução da Política de Assistência estudantil, num cenário de profundo aprofundamento da precarização do ensino superior, em que a educação vem sendo requisitada como um instrumento reprodutor e conservador de uma cultura dominante, que alastra-se secularmente pela sociedade, atingindo em cheio o aspecto educacional e conseqüentemente a intervenção profissional do assistente social na perspectiva da assistência estudantil, como será debatido no item subsequente.

3. A RELAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL COM A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A partir deste ponto trataremos da conjuntura em que foi construído o projeto ético político do Serviço Social, apresentando os principais acontecimentos que antecederam tal

projeto e os documentos que o norteiam, esboçando qual o conjunto de objetivos que visam orientar as práticas da categoria profissional do serviço social na educação, assim como os óbices que perpassam sua execução de maneira coerente com o que vem sendo pressuposto de acordo com as mudanças históricas que vem perpassando os campos de atuação da profissão.

No segundo momento iremos construir um diálogo que seja capaz de elucidar os momentos primordiais da inserção da assistência social na política educacional, evidenciando o papel fundamental executado pelos assistentes sociais na política de assistência estudantil e delimitando as principais fases desse processo em que a educação passa a ser um espaço sociocupacional para o Serviço Social.

No terceiro item deste capítulo abordaremos o serviço social, atentando suas práticas na particularidade das Instituições Federais de Ensino Superior, caracterizando as principais demandas advindas no âmbito da assistência estudantil, além dos impasses que permeiam o exercício profissional desta categoria nas IFES.

3.1 O PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: EMBATES COM O PROJETO NEOLIBERAL E AS CONTRARREFORMAS DO ESTADO BRASILEIRO.

A formação e o exercício profissional do assistente social são norteados pelo que se denomina projeto ético-político, que se apresenta a partir de um processo histórico de construção constante em torno de questionamentos Ético-políticos, teórico-metodológicos e prático-operativos na profissão. O projeto ético político do serviço social está inserido no marco dos projetos coletivos relacionados às profissões, sendo o serviço social, profissão regulamentada juridicamente, através de suas legislações como a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/93), o Código de Ética Profissional; com formação acadêmica de nível superior, amparado nas Novas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Serviço Social, com práticas técnico-interventivas e uma especialização do trabalho coletivo, no marco da divisão sócio-técnica do trabalho. Segundo Netto (1999, p. 04):

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais).

Um projeto profissional, surge em meio a uma identidade coletiva, por sua vez baseado em projetos societários, que pensam de forma mais ampla propostas para o conjunto da sociedade. Os projetos societários apresentam em sua gênese a incorporação de demandas, anseios, ideias e propostas de transformação da sociedade conforme as conjunturas históricas e políticas. Dessa forma, os projetos societários se caracterizam diretamente como projetos de classe, pois compreendem diferentes interesses. Nesse sentido incorpora-se aos projetos societários, os projetos profissionais, que visam questões de uma determinada classe profissional, mas, sem se desvincular de propostas coletivas que garantam a melhoria da qualidade de vida do conjunto da sociedade Tanto o projeto societário quanto o projeto profissional sofrem transformações sociais, renovações e mudanças socioeconômicas decorrentes do contexto histórico ou cultural que se apresentam.

No caso do projeto profissional do Serviço Social, segundo Netto, tanto no plano ideal quanto no plano prático, os sujeitos que nele intervêm procuram lhe imprimir uma determinada direção social, que atende aos diversos interesses sociais que estão em jogo na sociedade (políticos, ideológicos, econômicos etc.). Assim, é que vão se afirmando uns ou outros valores, umas ou outras diretrizes profissionais que ao assumirem dimensões coletivas, ou seja, ao conquistarem segmentos expressivos do corpo profissional, passam a representar para as parcelas significativas da profissão a sua verdade “auto-imagem”. (NETTO, 1999).

É recente a discussão sobre o projeto ético-político do Serviço Social, se inscrevendo nos marcos do movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina. Na segunda metade dos anos sessenta, o Movimento de Reconceituação iniciava uma problematização referente ao conservadorismo da profissão. No cenário da ditadura militar, marcada pela repressão e violência, a prática dos assistentes sociais era de subalternidade, agiam como meros executores de políticas sociais, pois reproduziam um sentido de ordem na autocracia burguesa, agiam como mantenedores da ordem e controle da sociedade. Com a reorganização da sociedade por parte do Estado, foram feitas mudanças no país que refletiram modificações ao cenário do Serviço Social em dois âmbitos: o da prática e da formação profissional. (NETTO, 2005)

A partir do ano de 1970 o serviço social começa a repensar o seu projeto profissional, criticando e se distanciando de forma parcial e não totalitária da sua gênese conservadora, baseada na aproximação com a teoria social crítica ligada à tradição marxista que ocorrerá de

forma contundente a partir dos anos 1980. A condição política brasileira modificada pelo processo de pós-ditadura causando profundas transformações políticas e sociais aparece como primeira condição para construção de um novo projeto profissional. Nesse período foi dada ao serviço social uma nova roupagem, instaurando na profissão um pluralismo político redimensionando sua organização profissional, inserindo-a no movimento das entidades representativas dos trabalhadores brasileiros. Cabe-nos destacar nesse espaço de tempo o importante acontecimento que encorajou o processo de formulação do projeto ético – político do serviço social, tratando-se do Congresso da Virada, o qual iremos abordar nos próximos momentos dessa discussão.

Outro componente importante para constituição de um novo projeto ético-político foi a legitimação do serviço social no campo acadêmico com o surgimento dos cursos de pós-graduação, foi dentro desses espaços que a profissão iniciou um processo de produções teóricas através de estudos, investigações e pesquisas na área, acarretando a discussão sobre as concepções teóricas e metodológicas da profissão capazes de propiciar a crítica radical das relações econômicas e sociais vigentes (Texeira e Braz, 2009). Nesse processo o serviço social passou a redimensionar o ensino objetivado a formação de um profissional que respondesse efetivamente as demandas emergentes na sociedade brasileira, e não apenas focadas nas demandas tradicionais, construindo assim um novo perfil profissional, que atuassem em novas áreas e campos de intervenção.

Para que um projeto profissional se afirme na sociedade, ganhe solidez e respeito frente às outras profissões, às instituições privadas e públicas e frente aos usuários dos serviços oferecidos pela profissão é necessário que ele tenha em sua base um corpo profissional fortemente organizado. Dessa forma, outro elemento constitutivo para a construção desse projeto no serviço social foi surgimento e fortalecimento das instâncias político organizativas da profissão, como organizações sindicais, seus conjunto de conselhos (CFESS/CRESS- Conselho Federal e Conselhos Regionais do Serviço Social), sua associação (ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), espaços que promoveram discursões e deliberações quanto aos compromissos e princípios defendidos no projeto profissional.

A tentativa de ruptura com o conservadorismo na profissão através desses componentes propiciou a construção do projeto ético-político do Serviço Social no Brasil, marcada pela formulação de um novo Código de Ética Profissional instituído em 1986, onde sua revisão concluída em 1993 confirma o rompimento com o conservadorismo indicando o

compromisso profissional com a classe trabalhadora, dessa forma o Código de Ética Profissional de 1993 se tornou peça chave no processo de construção do projeto ético-político do Serviço Social no Brasil. Este projeto está associado a um projeto societário que pensa uma sociedade sem exploração e dominação de classe, etnia e gênero, em total defesa dos direitos humanos, ele segundo Netto (1999, p.16):

[...] se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Correspondentemente, o projeto se declara radicalmente democrático – considerada a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida.

O projeto ético-político do serviço social se encontra até os tempos atuais em processo de mudança em frente às diversas problemáticas e desafios que surgem a profissão, sua construção segue aos passos dos avanços do movimento democrático e popular no Brasil, movimento esse que a partir do ano de 1995 se viu ameaçado diretamente pelo grande capital nas suas decisões inspiradas pelo neoliberalismo. O pensamento neoliberal traz em suas bases ideais que se direcionam de maneira contrária aos valores defendidos pelo projeto ético-político do serviço social, pois o mesmo vem combater diretamente as contradições causadas pela ofensiva neoliberal no intuito de realizar reordenações nas formas e nos meios de produzir riqueza: privatização do Estado, desemprego, desproteção social através da quebra de seus direitos, entre diversas outras consequências que penalizam a massa da população em nome de um desenvolvimento.

O desafio do serviço social é legitimar o seu projeto ético-político frente as suas variadas inserções profissionais, e frente à compreensão das dificuldades postas cotidianamente ao assistente social. Os desafios atuais tanto no âmbito profissional prático, quanto no campo da formação (podemos citar a formação de ensino a distância) cobram do profissional, ações qualificadas e comprometidas ética e socialmente. A conjuntura de crise dos projetos societários, que esbarram na fragilização dos movimentos sociais, pauperização e desemprego da classe trabalhadora, exigem da profissão a possibilidade de manutenção da direção do projeto profissional em uma perspectiva emancipatória.

Após anos da quebra com o serviço social tradicional, a ofensiva neoliberal impõe ao profissional do serviço social que se adeque novamente ao objetivo restaurador da ordem social, exercendo sobre a profissão como cita Barroco (2015), um assédio moral, exemplificado na imposição de execuções de tarefas contrárias ao Código de Ética

Profissional e às suas atribuições legais. Dessa forma, torna-se essencial ao profissional conhecer o projeto ético-político da profissão, para que possam pautar suas ações interventivas de forma concreta nos espaços sócio-ocupacionais que atuam.

O surgimento de novos espaços ocupacionais e com eles novas competências profissionais revelam significativas alterações no mercado de trabalho, nas demandas e nas ações dos assistentes sociais. Segundo Mota, diversos determinantes e mediações influenciam nesse processo – determinantes relativos tanto às condições materiais de reprodução da força de trabalho das/dos profissionais, ou seja, as relações trabalhistas e sua precarização, quanto a aspectos ligados à consciência classista dos mesmos. A reestruturação produtiva e o desemprego estrutural atingiram os trabalhadores e suas formas de organizações coletivas. Ocorre uma desestruturação da organização dos trabalhadores, na medida em que são submetidos a empregos em diferentes condições (estáveis, temporários, contratados e subcontratados), representando uma perda da identidade coletiva e enfraquecendo o potencial de resistência dos trabalhadores. Os assistentes sociais vêm sofrendo os efeitos da Reforma do Estado no campo do emprego e da precarização das relações de trabalho, objetivadas com a redução de concursos públicos, demissão de funcionários não efetivados, diminuição salarial, terceirização e contratação precária. Diante desse quadro um grande desafio para o profissional do serviço social é objetivar o seu projeto profissional no cotidiano da sua prática profissional.

A hegemonia do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro depende do fortalecimento e do alargamento dos avanços e conquistas democráticas da categoria e da base social que orienta a direção política da nossa intervenção: as forças sociais que lutam pela emancipação articuladas aos trabalhadores e às lutas sociais. Trata-se, assim, de enfrentamentos em busca de um acúmulo de forças que caminham no interior da profissão e na sociedade. (BARROCO, 2015)

Nesse sentido, entende-se que conhecer o Projeto ético-político do serviço social é compromisso de cada profissional, para que baseado nele possa-se nortear atendimentos, planos de trabalho, projetos e demais intervenções com qualidade e comprometida com transformação da sociedade brasileira.

A assistência estudantil, como espaço de atuação profissional do assistente social a partir da construção do Plano Nacional de Assistência Estudantil institucionalizam-se as ações de assistência aos estudantes universitários, a defesa da democratização das condições de acesso e permanência denota uma relação com os princípios e valores demarcados no projeto

ético-político do Serviço Social. O profissional contribui para o entendimento e também na operacionalização das ações de Assistência Estudantil numa perspectiva de direito, resultando em implicações para a democratização das condições de acesso e permanência, tentando romper com o viés assistencialista.

No que remete à atuação do assistente social na educação, é preciso ter em mente que o seu objeto de trabalho não é, especificamente, a assistência estudantil, mas sim a *questão social* e suas múltiplas refrações, as quais inviabilizam o acesso e a permanência dos sujeitos no sistema educacional. É nesse ponto que o projeto ético-político deve ser consolidado nesse espaço de trabalho, compreendendo a questão social e elaborando meios de atuação para minimizar os seus rebatimentos no processo educacional, os assistentes sociais buscam viabilizar o acesso à política de educação como um direito social.

Para tanto, a prática profissional, nesse âmbito, tem de transpor a mera execução de ações dispostas nas normas e orientações da legislação vigente. O profissional deve realizar uma leitura crítica da realidade social, do contexto institucional e dos meios de trabalho à sua disposição, ou seja, das condições objetivas de realização do exercício profissional, a fim de instrumentalizar seu processo de trabalho. (CAVAIGNAC; COSTA. 2017)

A assistência estudantil traz ao profissional assistente social um trabalho mais complexo, considerando-se o fato de que são múltiplas as expressões da questão social que se apresentam nas instituições de ensino, exigindo respostas que ultrapassam apenas recursos materiais e financeiros aos estudantes necessitando não só formas de intervenção multidisciplinares, como também a articulação com outras políticas sociais. Dessa maneira, implementar uma atuação baseada no projeto ético-político da profissão se faz necessária para dar respostas profissionais ao processo de enfrentamento às expressões da questão social nesse espaço.

3.2 A INSERÇÃO DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Para entendermos como o serviço social adentra na política de educação brasileira, se faz necessário um breve resgate histórico da trajetória que a política de educação percorre no Brasil. Na concepção de Melo (et al, 2015) durante o início da colonização, a educação era vista numa perspectiva de pouca relevância, porém a necessidade de catequização dos índios e jesuítas impulsiona o desenvolvimento de práticas educativas que preguem o catolicismo.

No século XVIII surge no país a educação pública estatal e o início da educação nacional, impulsionadas pelo Marquês de Pombal que na época sofria fortes influências dos ideais iluministas. No século seguinte, mas precisamente no ano de 1808, a família real portuguesa veio para a Colônia brasileira ocasionando assim uma reorganização administrativa no país, a qual gerou diversas transformações, desde econômicas até sociais e educacionais. (MELO et al, 2015, p.119).

Ainda na concepção desta autora, durante o período histórico em que ocorre a Proclamação da República, a educação não sofre intensas alterações, sendo mantida como privilégio das elites sociais desta fase. Já nos momentos subsequentes, precisamente em 1934 com a Nova Constituição Federal, a educação é concebida como um direito de todos, sendo administrada pela família e pelo poder público, nesta data passam a serem executadas discussões acerca da formulação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Em 1961, a Lei nº 4024 institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que enfatiza o comprometimento do poder público em garantir a educação para todos, sendo a primeira lei brasileira que versa especificamente sobre a educação.

Posteriormente, após a Promulgação da Constituição Federal de 1988, a LDB que mencionamos acima é tida como ultrapassada, gerando uma nova concepção na sua formulação em 1996, durante o governo FHC, enquanto Paulo Renato estava à frente do Ministério da Educação. A LDB nº 9394/96, passa então a definir e regularizar o sistema educacional brasileiro de acordo com o princípio da universalidade, conforme está preconizado na CF/88.

É notório que a construção da política de educação é algo que está em constante movimento, já que a mesma se gesta num processo de alterações na sociedade, que está sempre se reformulando política, econômica e culturalmente, desencadeando mudanças em todos os seus meios e é justamente nesse cenário permeado por constantes alterações que o serviço social se insere como categoria profissional que atua nas escolas sob a ótica da garantia de direitos.

Analisando de forma sucinta o nascimento do serviço social enquanto profissão, temos um cenário de expansão da industrialização e mudanças no processo de produção e acumulação produtiva, onde o trabalhador torna-se alheio aos meios de produção, ocorrendo o processo da agudização da pobreza e de acumulação da riqueza socialmente produzida, entendido como “questão social”. As organizações trabalhistas passam a buscar ações por parte do estado e dos capitalistas que venham responder as lutas travadas pela classe

trabalhadora na sua condição de explorado, em busca de melhores condições de sobrevivência e regulamentações no regime de trabalho.

Os movimentos instigados pela classe trabalhadora representaram ameaças diretas à ordem política e à moral vigente, requisitando assim, a atuação de uma categoria profissional que execute suas atribuições através da mediação entre as demandas advindas das classes subalternas, enquanto mantém a ordem vigente. Eis que surge o Serviço Social, profissão inicialmente arraigada às bases católicas e filantrópicas, sendo caracterizada pela realização de práticas caritativas, mas, que também é capaz de questionar e reconceituar sua atuação profissional, revendo sua prática interventiva de acordo com as mudanças que perpassam os espaços sócio - ocupacionais do serviço social, rompendo as bases de sua gênese conservadora, embora não consiga eliminá-la, já que o conservadorismo é elemento presente na sociabilidade capitalista.

Trazendo ao nosso debate a educação como uma política social, onde o Serviço Social, junto a outras categorias profissionais realiza sua prática interventiva, Marques (2014, pág. 43) estabelece a inserção dos assistentes sociais no âmbito educacional da seguinte maneira:

Em 1906 o Serviço Social surge no campo educacional nos Estados Unidos, atuando nos Centros Sociais, quando visitadoras abordavam as famílias que não enviavam seus filhos para escola, com problemas de evasão escolar, falta de aproveitamento das crianças e adaptação na escola. A mesma situação verificava-se na Europa através de ações vinculadas ao campo assistencial. A perspectiva do Serviço Social escolar, assim denominado, era atender as dificuldades de caráter individual e familiar, configurados como problemas sociais apresentados no espaço escolar. Na América Latina embora tivesse esse lado do atendimento individual, buscava-se a relação da escola com a comunidade.

No Brasil, relatos históricos trazem o Rio Grande do Sul e o Pernambuco, como os dois primeiros estados que desencadeiam os trabalhos do Serviço Social na esfera educacional.

Sousa (2014) destaca a trajetória histórica da assistência estudantil com o serviço social durante a década de 1930, desdobrando-se sobre o intenso período dissoluto que assolava o Brasil nos parâmetros sociais, econômicos e históricos, momento em que foram institucionalizadas políticas sociais para intervir na extrema pobreza, amenizando os conflitos.

Como já foi citada em um momento anterior neste trabalho, a educação é reconhecida como uma ferramenta estratégica estatal para a reprodução da lógica dominante.

A Política de Educação resulta de formas historicamente determinadas de enfrentamento das contradições que particularizam a sociedade capitalista pelas classes sociais e pelo Estado, conformam ações institucionalizadas em resposta ao

acirramento da questão social. Ela constitui uma estratégia de intervenção do Estado, a partir da qual o capital procura assegurar as condições necessárias à sua reprodução, mas também resulta da luta política da classe trabalhadora em dar direção aos seus processos de formação, convertendo-se em um campo de embates de projetos educacionais distintos, em processos contraditórios de negação e reconhecimento de direitos sociais. A trajetória da política educacional no Brasil evidencia como as desigualdades sociais são reproduzidas a partir dos processos que restringiram, e pulsaram e hoje buscam “incluir” na educação escolarizada largos contingentes da classe trabalhadora. (BRAGA, et al ,2013, pág 19)

No período decorrente de 1960 a 1980, há uma revisão das práticas internas da categoria profissional do Serviço social, onde passa a ser negado o conservadorismo na profissão, repensando suas bases teóricas e reconstruindo sua fundamentação ontológica e crítica, denominado processo de renovação ou reconceitualização do Serviço Social. Sousa (2014, p.50, apud Netto,1996) analisa essa renovação diante de três perspectivas distintas, sendo a primeira, “perspectiva modernizadora” (funcionalismo); segunda, “reatualização do conservadorismo” (fenomenologia); terceira, “intenção de ruptura” (tradição Marxista).

Nesse espaço de tempo em busca do rompimento com o seu caráter conservador, o Serviço Social tece seu projeto ético-político, reconhecendo a liberdade como valor ético central, ampliando o seu referencial teórico, dialogando com os usuários e com outras categorias profissionais, o que representou um importante avanço na profissão, como mencionamos no item anterior.

A década de 1960 é tida por Sousa (2014), como um período de efervescência pré-revolucionária, de uma conjuntura política- histórica que potencializou o desejo de mudanças em várias áreas, inclusive na categoria profissional do serviço social. No entanto as décadas de 1965 a 1975 não sinalizaram progressos neste âmbito, onde há um retorno, mesmo que enviesado as abordagens acríicas e conservadoras, em virtude da eclosão das ditaduras na América latina. A partir de debates intensos travados nos Seminários de Araxá, Teresópolis, Sumaré, Alto da Boa Vista e Método BH, os projetos do serviço social voltam a formular a sua necessidade de renovação.

Em 1979, o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) demarcou um importante progresso para os profissionais do serviço social. Também denominado Congresso da Virada (onde os representantes oficiais do governo foram substituídos por líderes da classe trabalhadora), assumindo compromisso com a classe trabalhadora. Sousa (2014) relata que a profissão passa a acessar diretamente as fontes de Marx, o assistente social passa a se enxergar inserido na divisão sociotécnica do trabalho, e amplia seu nível intelectual refletindo no novo currículo de formação do profissional em 1982.

Na relação serviço social e educação MELO et al, , p. 4) aborda que “ a partir da década de 1990 que se pode observar um aumento considerável de discussões e pesquisas e do Serviço Social em si na área da educação. Isso se constata por conta do aumento das inscrições e envios de trabalho, nessa área, nos eventos brasileiros de Assistentes Sociais desses 1995, sendo este o ano em que o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais trouxe espaço para discussão sobre educação, mesmo que de forma diluída.”

Diante do exposto fica evidenciado que a educação assim como o serviço social percorre uma trajetória em que inicialmente é projetada especialmente para responder os interesses da classe vigente, até se desenvolver criticamente e ensejar modificações. Sousa (2014, p.55, apud Pereira & Herkenhoff, 2011) traz ao debate a educação subentendida em três estágios: educação concebida como redenção, reprodução e transformação.

Nesta primeira perspectiva concerne a educação a capacidade de influenciar a vida do indivíduo, realizando um equilíbrio na sociedade, através de uma “adequação-mercadológica” buscando a manutenção e reprodução do *status quo* da classe dominante. Na concepção da educação como reprodução, enxerga-se nessa política social a possibilidade de reproduzir a sociedade e o sistema atuante, analisando as escolas como ferramentas ideológicas do estado que implantam a ideologia dominante nos sujeitos desde sua infância. (SOUSA, 2014).

Entendida no terceiro momento como meio de transformação, a educação deve servir de instrumento para a formação crítica da sociedade, utilizada pela classe trabalhadora visando seu desenvolvimento político – ideológico.

A educação vista como um fator básico para transformação social, que forma cidadãos para o mercado de trabalho e para, além disso, preparando os mesmos para a vida, necessita do engajamento profissional do serviço social, que deve atuar em conjunto com os demais profissionais inseridos na referida política, numa perspectiva de viabilização de direitos e inclusão, visto que em muitos casos os alunos revelam no espaço escolar os reflexos de conflitos familiares, econômicos, sociais ou psicológicos, necessitando de um direcionamento que deve ser trabalhado, efetivando o direito a educação e a permanência dos estudantes nas instituições educacionais. Para Melo (2015, p.123, apud Piana, 2009, p. 203-204):

A escola (educação) em seu compromisso de organizar o trabalho no sentido de torná-lo mais tangível para aqueles que a ela têm direito, de possibilitar o acesso do indivíduo à cultura de uma sociedade e de um país, pelo direito do cidadão dizer sua voz e ser ouvido pelos outros e o Serviço Social em seu compromisso de efetivar direitos sociais intervindo nas expressões da questão social, tanto na atuação direta nas unidades escolares, como nas atividades de gerenciamento e de planejamento da

política educacional, poderão juntos viabilizar a concretização da universalização do acesso ao ensino e a superação das desigualdades sociais.

Através de sua dimensão investigativa e amparado pelos documentos e entidades que norteiam o seu fazer profissional, a exemplo do Código de Ética, do seu Projeto Ético Político e do Conjunto CFESS-CRESS que elaborou em 2013 o documento **“Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação”**, os assistentes sociais desdobram-se sobre a educação construindo um perfil ativo, intervendo na realidade imposta de forma criativa e estratégica, comprometendo-se com a transformação social.

Relatado de forma breve o trajeto percorrido pelo serviço social enquanto profissão no seu processo de renovação, bem como o âmbito educacional em suas vertentes distintas, tecendo a relação entre a categoria profissional do serviço social e a educação concebida como política social iremos destacar no item a seguir as principais atividades realizadas pelo serviço social na assistência estudantil, a partir de sua emersão na política de educação.

3.3 O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: UM ENFOQUE NO ENSINO SUPERIOR

O assistente social representa no campo educacional um papel relevante sendo um dos principais formuladores e executores da política de assistência estudantil, comprometendo-se com a busca de alternativas que defendam a garantia dos direitos dos usuários das políticas sociais.

Braga (2013), em Subsídios para atuação de assistentes sociais na política de educação do CFESS, traz uma importante discussão do contexto em que o profissional adentra no sistema educacional, respondendo as condições de acesso e permanência da população nas diferentes modalidades de ensino a partir da mediação dos programas governamentais instituídos mediante reivindicação dos sujeitos políticos atuantes na sociedade civil. Resultando por um lado, de uma luta histórica pautada na universalização da educação pública e por outro da subordinação às exigências do capital e seus organismos.

É importante respaldar que a atuação do assistente social na educação não se restringe ao espaço educacional e a ações individuais, sendo que em determinadas situações faz-se necessária ações profissionais que construam uma interlocução com as famílias, professores, trabalhadores da educação, gestores dos estabelecimentos públicos e privados, além dos profissionais que atuam frente à outras políticas sociais.

As estratégias de expansão do acesso aos diferentes níveis de escolaridade geridos pelo governo, não se configuram como um processo efetivo de universalidade no alcance desta política, mas numa ampliação desigual dentro da lógica de manutenção da ordem vigente. Braga et al (2013, p. 39) alude que :

A combinação de fortes incentivos fiscais ao setor privado, ampliação dos programas assistenciais, ampliação da modalidade de educação à distância, desenvolvimento de programas de crescimento da rede educacional pública, mediante pactos de adesão para recebimento de recursos adicionais, fomento à contratação de crédito para financiamento dos estudos e contratação de assessorias privadas para a elaboração e avaliação de projetos pedagógicos conformam as bases materiais de sustentação desse processo de ampliação.

A partir da colocação supracitada trazemos a nossa discussão uma das importantes atribuições profissionais do serviço social frente à educação, que diz respeito a sua capacidade teórica e crítica de desvelar os processos contraditórios que permeiam a política educacional, desenvolvendo mecanismos e ações individuais e coletivas que atuem nesse contexto.

As competências alusivas ao serviço social na educação são expressas através de ações que se desenvolvem em diferentes dimensões, tratando-se em primeiro lugar das abordagens individuais e junto às famílias dos usuários e trabalhadores da política de educação, em seguida temos a dimensão interventiva coletiva da profissão junto aos movimentos sociais, como reconhecimento dos sujeitos coletivos frente às lutas por direitos, em especial ao direito da educação pública e de qualidade. Na terceira dimensão temos o caráter investigativo do profissional que se deve fazer presente em todas as suas áreas de laboração, inclusive na educação.

A capacidade do serviço social de inserir seus profissionais nos espaços democráticos de controle social e a construção de estratégias de fomento configura-se como a quarta dimensão da categoria no âmbito educacional. Em seguida, destacamos a quinta dimensão, a pedagógico-interpretativa e socializadora das informações e conhecimentos no campo dos direitos e políticas sociais, de sua rede de serviços, bem como da legislação social que caracteriza o trabalho do assistente social e por último temos a sexta dimensão de gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços, por parte do serviço social no âmbito da Política de Educação.

Diante das principais ações desenvolvidas pelo serviço social na educação, Braga (2013), elucida alguns dos desafios que afrontam o fazer profissional dos assistentes sociais, merecendo destaque entre eles: o aprofundamento da discussão, no âmbito da educação acerca

da garantia do respeito à diversidade humana, como direitos humanos, trazendo ao debate a livre orientação e expressão sexual, livre identidade de gênero, buscando consolidar uma educação ausente de preconceitos, a articulação junto aos estudantes e trabalhadores da política de educação de espaços onde possam ser discutidos sobre a assistência estudantil, os programas e ações ofertados pela mesma e atuação dos assistentes sociais mediante tal política, o fortalecimento das ações em torno da realização de concursos públicos para assistentes sociais na área da educação, entre outros óbices.

Aproximando-nos do exercício profissional dos assistentes sociais nas instituições de ensino superior, trazemos nas nossas discussões um rico diálogo com Arcoverde e Nascimento (2012), que entendem as políticas educacionais de democratização da permanência dos estudantes nos processos de graduação, em especial, a assistência estudantil, numa lógica expansiva nas IFES. Esse processo de ampliação se dá sob o fio condutor das reformas universitárias que vem sendo implantadas nas instituições, através de leis, normas, decretos e portarias que visam redirecionar os rumos do ensino superior.

Por se tratar de mudanças interligadas à política econômica vigente em consonância com as exigências do sistema capitalista em crise, esse processo de reforma universitária trata-se na realidade da execução de uma “contra reforma”, que se estabelece por meio do financiamento, avaliação, autonomia universitária e assistência estudantil.

A desigualdade de renda do corpo discente se configura como principal fator de evasão no ensino superior. As pesquisas realizadas pelo FONAPRACE (1996-1997 e 2003-2004), como já situamos em um momento anterior, apresentaram dados que favoreceram a elaboração de ações de assistência estudantil. Arcoverde e Nascimento (2012, p. 169) estabelecem que:

Decorre daí, a incorporação da assistência estudantil no texto do Plano Nacional de Educação (2001) e a construção, no ano de 2007, de um Plano Nacional de Assistência Estudantil. O Plano Nacional de Assistência Estudantil, marco regulatório da assistência aos estudantes, previa recursos para as universidades públicas que desempenhassem ações em conformidade com as suas diretrizes. Sua institucionalização se deu por meio do Decreto Nº 7234 de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil/ PNAES e atribui às IFES a obrigatoriedade do desenvolvimento de ações no âmbito da assistência estudantil.

A instituição do programa mencionado acima, nas universidades federais se deu ao passo em que foi gestado o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais/REUNI, em 2007, atualmente designado Bolsa PAEG (Programa de auxílio ao ensino de graduação). Tal programa, digamos que inaugura o processo de “reformas” no ensino superior, priorizando as políticas de inclusão e assistência estudantil.

Apesar de sinalizar um aumento significativo nas verbas destinadas à assistência aos estudantes no orçamento das universidades, as demandas na área da assistência estudantil ganham uma proporção relativamente maior, como consequência do processo de expansão e maior aproveitamento das vagas na universidade, tendo em vista a implantação dos novos processos de seleção, a exemplo do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que garante uma maior alternância das vagas.

Temos configurado nesse cenário a facilidade no acesso a educação superior, que insere nos espaços de graduação um número maior de alunos, ao mesmo tempo em que não são oferecidas maiores condições objetivas de manutenção desses discentes no ensino superior. Um quadro de profissionais, muitas das vezes, incapacitados e em números reduzidos, se comparados ao crescimento da quantidade de estudantes, configuram-se como um dos inúmeros empecilhos que dificultam a prática da assistência estudantil nas IFES, sem falarmos nas próprias condições estruturais das universidades, que muitas das vezes não acolhem os universitários de maneira harmoniosa.

A tendência a bolsificação da assistência estudantil se configura como outro grande óbice no que diz respeito à implantação de práticas assistenciais nas universidades. Temos certa “inversão” na execução das políticas de assistência estudantil, que objetivam tensionar o acesso e permanência dos alunos nas IFES. A reforma e ampliação das moradias estudantis e restaurantes universitários, a distribuição de passes para transporte gratuito, as ações voltadas para os âmbitos da saúde, lazer e inclusão digital dos universitários, entre outros aspectos, executam-se em algumas universidades através da concessão de Bolsa Moradia, Bolsa Alimentação, Bolsa Transporte, Bolsa Permanência, bolsas que acabam por focalizar a assistência estudantil, favorecendo a lógica do consumo. Nas palavras de Arcoverde e Nascimento (2012, p.173, apud Cislaghi e Silva, 2011, p. 17):

[...] Ao se optar por fornecer bolsa-alimentação e bolsa-moradia em detrimento da construção de Restaurantes Universitário e Alojamentos o que se tem é a focalização do problema na reprodução da lógica atual da Assistência Social no interior da universidade. Essa saída reforça o mercado e a individualidade como parâmetros societários, com a bolsa o aluno consome no mercado de forma isolada.

Nesta lógica colocada pelos autores as ações da assistência estudantil, apontam para a restrição dos atendimentos às necessidades de sobrevivência dos estudantes, destacando ainda o caráter segmentado e focalizado, que delimita o atendimento aos estudantes usuários da política, selecionando dentre os pobres os mais pobres.

A realidade apresentada aos profissionais do serviço social no ensino superior transcorre num cenário de tensões, onde a expansão ocorre sob o viés da focalização, o que exige dos assistentes sociais inseridos na assistência estudantil uma revisão e intensificação constante da dimensão político-pedagógica de sua prática profissional no seu cotidiano de atuação. Arcoverde e Nascimento (2012 p.175) determinam que:

O que chamamos de dimensão político-pedagógica do Serviço Social se expressa na construção de práticas educativas estratégicas de caráter político, provocadoras de mudanças no espaço sócio-ocupacional do Assistente Social, neste caso, frente ao planejamento e operacionalização da Política de Assistência Estudantil nas IFES.

É inegável que no plano institucional o trabalhador do serviço social se configura como um profissional liberal dispendo de autonomia dentro de sua área de atuação, ao mesmo tempo em que se insere na categoria de trabalhador assalariado, comprometendo frontalmente seu poder de intervenção conforme orienta seu projeto profissional. Em outras palavras, por estar submetido ao poder do empregador, no caso o Estado, o profissional do serviço social tem sua intervenção limitada, mesmo que sua formação crítica e o projeto ético político do serviço social disponham de formas de atuação mais elaboradas e condizentes com as necessidades do usuário, os profissionais em sua grande maioria tem de se adequar as condições do seu campo laborativo.

Na particularidade da educação superior a prática profissional dos assistentes sociais se restringe muitas das vezes à burocracia dos processos seletivos, em meio a preenchimento de fichas, verificação de documentos e declarações, o que, com efeito, reduz a possibilidade de o assistente social assumir sua postura na luta pela reorientação da categoria profissional na assistência estudantil, de modo que a construção de estratégias político – pedagógicas venha desencadear mudanças nos espaços institucionais, além de garantir os direitos inerentes aos estudantes, estimulando o diálogo entre os usuários da política educacional e a instituição onde estes estão inseridos.

4. DESVENDANDO O OBJETO: A PARTICULARIDADE DO SERVIÇO SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO CCTA.

A partir das experiências vivenciadas durante as disciplinas de Estágio Supervisionado I e II, na Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar CCTA/Pombal-PB, foram despertadas inquietações com relação às demandas advindas ao setor de serviço social desta instituição, a atuação do assistente social envolvido nesse âmbito, os desafios para a profissão na particularidade da política de assistência estudantil e a inserção deste profissional em um espaço socioocupacional da educação, tais observações feitas durante esse espaço de tempo provocaram a realização desta pesquisa.

Neste espaço iremos esboçar nos momentos introdutórios deste capítulo, o percurso metodológico realizado para coletar os dados que subsidiaram a execução desta pesquisa, bem como a caracterização do espaço em que a mesma foi desenvolvida.

No momento subsequente iremos trazer ao debate a relevância deste trabalho, através dos resultados obtidos, elucidando as atribuições que perpassam o cenário do serviço social no CCTA, bem como as particularidades da assistência estudantil nessa instituição, além dos principais fatores que obstaculizam o fazer profissional do assistente social mediante as constantes alterações políticas, sociais e econômicas que assolam a educação superior.

4.1 PERCURSOS METODOLÓGICOS

Minayo (2012, p.17) traz em seus escritos acerca do conceito de pesquisa, a seguinte evidenciação:

Entendemos por pesquisa a atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação.

A presente pesquisa, de caráter qualitativo, foi conduzida pelas ponderações feitas pelo assistente social do CCTA, que opinou livremente sobre os questionamentos feitos ao mesmo.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa nas Ciências Sociais com um nível de realidade que não pode, ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores, das atitudes. (Minayo, 2002. p. 21).

Cabe destacar que o presente trabalho constituiu-se no primeiro momento por uma pesquisa bibliográfica, através de artigos científicos, literaturas, documentos e legislações que abordam a temática do estudo, atribuindo informações indispensáveis para reflexionar sobre os objetivos propostos para o estudo.

Nesta perspectiva foi realizada também revisão bibliográfica de alguns autores, a exemplo de Sebastião Marques (2014), Neiva Sousa (2014), Clara Martins do nascimento (2013), Elaine Behring (2013). Além da análise de escritos que ofereceram importantes elementos para a construção e enriquecimento de nossa pesquisa, como documentos que elucidam abordagens sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação e alguns documentos que fazem relevantes ponderações acerca da UFCG e da assistência estudantil.

Num segundo momento realizamos a pesquisa de campo, que se fez necessária por nos apresentar a possibilidade de aproximação com aquilo que pretendemos estudar, além de criarmos por meio desta, um conhecimento partindo da realidade presente no campo. Neto (2002, p.53 apud Minayo 1992):

“Com base em Minayo) concebemos como campo de pesquisa o recorte que o pesquisador faz em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação”.

O enfoque da nossa pesquisa foi no Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar, Universidade Federal de Campina Grande, Campus Pombal- PB, localizado na Rua Jairo Vieira Feitosa, bairro dos Pereiros. A escolha do local de pesquisa deu por meio do contato com a instituição, através do componente curricular de estágio, onde pudemos presenciar o exercício profissional do assistente social da referida instituição de ensino, expressando inquietação e interesse de nossa parte na construção de um processo investigativo que busque analisar as principais demandas advindas ao setor de Serviço Social, evidenciando ainda a atuação do assistente social desta instituição frente aos programas de assistência estudantil, além de manter uma relação com os fatores que proporcionam a inviabilidade da intervenção do referido profissional no que concerne à assistência estudantil.

Atualmente a UFCG conta com oito assistentes sociais envolvidos na assistência estudantil, sendo estes distribuídos nos oito campi. O campus de Campina Grande é o único que possui dois assistentes sociais no seu quadro de profissionais, os demais, Cuité, Sumé, Pombal, Sousa, Patos e Cajazeiras dispõem de apenas um assistente social em cada sede.

Inicialmente era nossa finalidade direcionar essa pesquisa a todos os assistentes sociais inseridos na política de assistência estudantil da UFCG, porém em função do tempo e das fragilidades que enfrentamos para realizar essa pesquisa, a perspectiva de abranger esse estudo, neste momento não foi alcançada, mas destacamos aqui nossa intencionalidade em aprofundarmos as abordagens nesta temática.

O sujeito desta pesquisa foi o assistente social e professor formado pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que encontra-se à frente do setor de assistência estudantil do CCTA, e desempenha o papel de assistente social na referida instituição desde o ano de 2008.

O método utilizado para a exposição dos dados obtidos pelo processo de investigação da pesquisa foi o crítico dialético, pois propicia o conhecimento teórico e tem como objetivo alcançar a essência do objeto.

Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou. (NETTO, 2009, p.05)

Os dados coletados durante a pesquisa presencial foram organizados e descritos minuciosamente para o processo de interpretação, que também contou com reflexões construídas no processo de produção. É relevante respaldar que o presente estudo foi realizado de forma ética e sigilosa, sempre garantindo e mantendo a integridade e dignidade do indivíduo pesquisado.

A análise dos dados foi feita através da transcrição e análise da fala do entrevistado, por meio da técnica de análise de conteúdo que consistem em:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos, sistematizados e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 1977. p.42 apud TRIVINÓS, 2013. p.160).

Neste estudo, buscamos apresentar os dados que foram concedidos durante a realização desta pesquisa, de forma cuidadosa, fazendo recorte das principais ponderações realizadas pelo sujeito pesquisado, de forma que as informações sejam reveladas de forma clara, propiciando um bom entendimento e aproveitamento dos fatos revelados no deste trabalho.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO SÓCIO – OCUPACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO CCTA

A Universidade Federal de Campina Grande foi criada a partir do desmembramento da Universidade Federal da Paraíba pela lei 10.419 de 09 de abril de 2002, tendo em sua estrutura multicampus distribuídas pelo estado da Paraíba, sendo estes situados nas cidades de Campina Grande, Cuité, Sumé, Cajazeiras, Sousa, Patos e Pombal, ambos possuindo suas bases físicas integradas com estruturas administrativas onde se desenvolvem atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Partimos para análise da particularidade do campus da cidade de Pombal, localizado na Rua Jario Vieira Feitosa, Bairro dos Pereiros, visto que nele se situa o *locus* de nossa pesquisa. A referida instituição como já foi mencionado anteriormente também faz parte da estrutura multicampi da UFCG, instituição autárquica vinculada ao MEC, tendo o campus de Campina Grande como sede, assim pela condição de universidade criada em infraestrutura já existente, instalou-se em seu âmbito um projeto de expansão e de crescimento, neste contexto a UFCG vem intensificando seus esforços e fomentando discussões junto a sociedade civil e poderes públicos de regiões consideradas polos para o desenvolvimento da educação superior no estado da Paraíba.

De acordo com informações constatadas na página da internet, especificamente no portal do CCTA, a sociedade civil e o poder público municipal da cidade de Pombal, passaram a realizar mobilizações junto à sede desta universidade, evidenciando o anseio da comunidade na perspectiva de acesso ao ensino superior gratuito e de qualidade, visto que algumas tentativas ao longo de sua história não prosperaram, sendo a mais recente, as Faculdades de Agronomia e Ciências Contábeis de Pombal, implantadas pela Fundação de Ensino Superior de Cajazeiras (FESC), que resultou em dívidas e descrédito, devido ao agravante de sua natureza privada.

Diante das mobilizações da comunidade pombalense, aliada aos interesses da política de expansão universitária do governo federal, a Universidade Federal de Campina Grande, criou através da Câmara Superior de Ensino, o curso de Agronomia, por meio da Resolução nº 02/2006 na Unidade Acadêmica de Agronomia e Tecnologia de Alimentos (UATA), do Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar (CCTA), Campus de Pombal.

O CCTA – Pombal desde a sua criação em maio de 2006, segundo o organograma da UFCG não contava explicitamente com a existência de determinados setores na universidade

como, por exemplo, os setores de Psicologia, Serviço Social e arquitetura no campus, o que desencadeava dificuldades para funcionamento de alguns planos de organização. Mediante a necessidade de um quadro de profissionais que viesse a atuar dentro da universidade realizou-se em junho de 2008 o concurso público, já que se fazia necessário a implantação de alguns cargos com urgência, diante da precarização do setor administrativo do campus, neste momento se instaura no CCTA o setor de serviço social.

O sujeito de nossa pesquisa tem 35 anos, reside atualmente na cidade de Patos-PB, onde assume o cargo de professor na instituição de caráter privado Faculdades Integradas de Patos (FIP), formou-se na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e ingressou na Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar, CCTA campus Pombal – PB, no ano de 2008, através de concurso público sob regime estatutário, nesta instituição, o mesmo assume o cargo de assistente social, atuando num cenário atual em que se tem inseridos nos programas de assistência estudantil um número de 70 residentes masculinos, sendo 45 na residência interna e 15 na residência externa, 44 residentes do sexo feminino, no restaurante universitário além destes residentes se tem um total de 34 comensais, inseridos na bolsa PAEG encontram-se 180 alunos, 04 alunos são beneficiados com bolsa permanência e 01 com auxílio moradia.

Nosso entrevistado situa-se ainda frente à coordenação da assistência estudantil e vem desempenhando um relevante papel nesta universidade, apesar de encontrar no seu cotidiano profissional uma série de limitações, como iremos abordar no item subsequente, elucidando as principais atribuições decorrentes no setor de serviço social, bem como os programas de assistência estudantil oferecidos no CCTA, a forma como estes são gerenciados e os principais óbices na prática profissional do assistente social da UFCG, campus Pombal.

Firmamos a veracidade de que as análises constituídas nesse trabalho foram realizadas via reflexões sobre a atuação, as demandas, as requisições e os limites impostos ao profissional do serviço social e corporificados nesse espaço específico.

4.3 A PROBLEMÁTICA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA PERSPECTIVA DO CCTA

A vivência do estágio, que se realizou na UFCG, campus Pombal nos despertou um grande interesse ao observamos diferentes demandas que chegavam ao setor de serviço social, a exemplo de questões pertinentes à gestão do restaurante universitário, necessidade de

apaziguamento de conflitos internos entre alunos residentes, entre outras requisições que provocaram nossa inquietação, mesmo na qualidade de observadores, estávamos diante de uma realidade que muitas vezes confrontava com nosso processo de formação, já que estávamos inseridos naquele espaço na qualidade de alunos que estavam sendo preparados por meio do processo de graduação para serem inseridos numa categoria profissional que adentra em diferentes espaços da sociedade, cada um com suas devidas particularidades, sendo uma delas a assistência estudantil, que sem dúvidas despertou nosso interesse culminando na construção deste trabalho.

Neste último capítulo, iremos estruturar os dados oriundos da nossa entrevista realizada com o assistente social do CCTA, objetivando primordialmente tecer análises acerca das particularidades do exercício profissional do assistente social na política de assistência estudantil do Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar - Universidade Federal de Campina Grande, campus Pombal-PB, adotando como objetivos secundários estabelecer as principais demandas advindas ao assistente social desta instituição, elucidar os principais desafios para a execução das atividades desenvolvidas no setor de serviço social deste campus e abordar a intervenção profissional do assistente social nesse espaço de ensino superior mediante a atual conjuntura, que nos revela um cenário de contrarreformas, recortes e desajustes nas políticas públicas.

Iniciaremos nossa discussão trazendo o Programa Nacional de Assistência Estudantil PNAES, instituído pelo Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010 que visa oportunizar a permanência de jovens no ensino superior, tendo como principais objetivos previstos em seu artigo 2º:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV- contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

No seu artigo 3º, o decreto do Pnaes versa sobre a implementação das atividades de assistência estudantil em articulação com o ensino, pesquisa e extensão, sendo que para a execução dessas propostas são estabelecidas dez linhas de ações, que tendem a ser desenvolvidas nas seguintes áreas de “I - moradia estudantil; II alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação”. Brasil,)

No tocante à efetuação dessas ações previstas pelo decreto supramencionado, o CCTA, traz na sua particularidade a execução de três delas, de acordo com a fala do nosso entrevistado:

Aqui no campus de Pombal, frente a essas dez linhas de ações que são regulamentadas por esse decreto, a gente tem de forma muito firme a questão de moradia estudantil, [...] nós temos o restaurante universitário que atende necessariamente esses residentes, [...] temos o programas de bolsas, denominado Bolsa PAEG, programa de auxílio ao ensino de graduação, [...] então em termos de programas concretos nós temos estes três, do ponto de vista de ações que se entrecruzam com esses programas nós temos encaminhamentos, quando o estudante chega aqui com uma demanda na questão de saúde, a gente faz os contatos com a rede municipal, [...] no ponto de vista de esportes não temos um ginásio, temos uma perspectiva, uma promessa do reitor (ASSISTENTE SOCIAL).

Diante da fala exposta pelo nosso entrevistado temos uma evidenciação de eixos da assistência estudantil que de fato são executados dentro da universidade, conforme exigem as regulamentações do Decreto do Pnaes, ao passo em que temos práticas mediadoras, onde o profissional por vezes é impelido a realizar encaminhamentos e contatos com outros órgãos e instituições diante da ausência de um quadro de profissionais integralizado na política de assistência estudantil, especialmente na questão de saúde, além disso, tem-se a falta de condições materiais e estruturais para a efetivação destas ações que perante a lei são direitos dos discentes. O que Oliveira (2008, p. 38) questiona quando cita “[...] que o maior desafio está na articulação entre a profissão e a realidade social, certo que o Serviço Social não atua apenas sobre a realidade, mas na realidade”.

É viável destacarmos aqui, que a partir das dez linhas de ações preconizadas pelo Pnaes para efetivação da política de assistência estudantil, como relatamos anteriormente, se faz necessária a inserção de diferentes profissionais para responder as requisições dos âmbitos estabelecidos pelo referido decreto, entre estes o assistente social, nutricionista, psicólogo, psicopedagogo, enfermeiro, entre outras categorias que venham a preencher de forma íntegra o quadro de profissionais da assistência estudantil. No entanto, mesmo sendo um programa federal o Pnaes se gesta de forma descentralizada nas universidades, e muitas destas não dispõem de todos os profissionais necessários para a viabilização da assistência estudantil de maneira eficiente. Na perspectiva do CCTA iremos abordar esta perspectiva posteriormente.

Para que os alunos do processo de graduação possam inserir-se nos eixos de assistência estudantil ofertados no CCTA, inicialmente é solicitada uma documentação de acordo com o regimento e a particularidade de cada programa, como coloca nosso entrevistado:

Todo início de semestre a gente lança os editais, com as normas, dizendo qual a documentação, o prazo, a regra de cada programa, o que é que o aluno tem que entregar, em quantas disciplinas ele deve está matriculado, o perfil de renda pelo decreto do PNAES. [...] A residência universitária é regida pelo regimento geral das residências universitárias, sua última regulamentação foi no ano de 2015, os estudantes entram por meio de um edital, onde é feita a seleção socioeconômica, passam por uma entrevista social, em algumas situações a gente faz a visita domiciliar, no final dos resultados, temos uma reunião, um encontro preparatório com nossos residentes, onde são apresentadas nossas normas e o estudante entra na residência. [...] No restaurante universitário temos a análise socioeconômica, como os estudantes comensais são muito transitórios, um faz uma refeição num dia, outro faz no dia seguinte, então nossa aproximação se faz de forma diferente da aproximação feita com os alunos residentes e o PAEG, como é um número bem maior, também fazemos mais um processo de acompanhamento no final do semestre, analisando o rendimento dos alunos bolsistas via sistema. (ASSISTENTE SOCIAL).

Para cada programa citado anteriormente são pertinentes algumas condições para o ingresso dos alunos e para sua efetivação dentro dos mesmos, a exemplo, do número mínimo de créditos ou disciplinas em que cada aluno deve estar matriculado semestralmente. No que se refere à avaliação dos dados documentais dos alunos inscritos nos processos seletivos, nosso entrevistado nos relata que avalia os candidatos da seguinte maneira:

Primeiramente é aquela questão do corte de renda, porque como são programas assistenciais e o decreto que regulamenta esses programas coloca que alunos prioritariamente devem vir de escolas públicas com renda de até um salário mínimo e meio. E aí nos documentos que a gente vai pedindo a gente também vai vendo algumas particularidades: É filho de mãe solteira? Tem pai e o pai não está presente nem contribui? É criado pelos avós? É sozinho no mundo?[...] a gente tem uma fichinha aonde vamos pontuando essas situações. (ASSISTENTE SOCIAL).

Os lançamentos de editais, solicitações de documentos, análises socioeconômicas e divulgações de resultados dos processos seletivos aparentam ser apenas mais uma série de processos burocráticos do ensino superior, desencadeando como a principal demanda apresentada aos profissionais inseridos na política de assistência estudantil, por isso, se construirmos análises cuidadosas para além deste “simples” processo seletivo, aliado a outras ocorrências diárias que perpassam o cotidiano da assistência nas universidades, especialmente no CCTA, podemos esbarrar em várias vertentes que problematizam o atual serviço social frente à assistência estudantil no ensino superior e é este o caminho que iremos seguir nas próximas ponderações feitas neste capítulo.

A partir desse processo seletivo que pontuamos acima podemos gestar nossas reflexões voltando-nos para dois importantes segmentos, sendo que o primeiro se refere a demora no processo de seleção e divulgação dos resultados pertinentes a cada programa da assistência

estudantil, visto que o quadro de profissionais encontra-se cada vez mais escasso, se pensarmos no número expressivo de alunos que ingressam rotineiramente no ensino superior via ENEM/SISU são mecanismos criados pelo estado para facilitar o acesso desses alunos nas universidades federais e o segundo trata-se da restrição no que diz respeito ao número de vagas ofertadas por cada programa, dado o relativo crescimento do corpo discente da UFCG, fato que traz ao debate a necessidade de uma revisão sob a ótica de um olhar mais atento na regulamentação destes programas. Nessa perspectiva nosso entrevistado afirma que:

[...] do ponto de vista da materialidade desses programas, todos eles tem muitas limitações, a primeira delas é a questão da quantidade de vagas que a gente oferece, o PAEG mesmo é uma bolsa institucional que na última seleção foram 1800 pessoas inscritas, isso em todos os campus da UFCG. No edital de publicação foram 300 bolsas e aí a equipe reduzida, que aí já é outra questão, número insuficiente de assistentes sociais, que são responsáveis por essa seleção [...] Nesta perspectiva uma dificuldade é a questão profissional, a outra dificuldade são os regulamentos destes programas que estão precisando passar por uma revisão. [...] a gente acaba que fazendo uma seleção e uma análise apenas documental, diante de um número desses do PAEG, com quase 2.000 inscritos para oito assistentes sociais e que a gente passou praticamente o semestre todo para entregar um resultado, é humanamente impossível você fazer visita domiciliar para se aproximar desse cotidiano, dessa realidade familiar e também do estudante, então uma grande dificuldade é isso. (ASSISTENTE SOCIAL).

Os relatos do nosso entrevistado revelam claramente fraturas que se contrapõem a prática profissional do assistente social na política de assistência estudantil, temos a questão da demanda frente a oferta, num cenário crescente de alunos que gritam por inserção nestes programas de cunho seletivista, ao passo em que temos um quadro de profissionais mantidos de forma mínima nesses espaços sócio ocupacionais, estes em grande maioria possuem suas práticas reduzidas à análise de papéis entre quatro paredes, o que impossibilita o mesmo de realizar outras linhas de ações dentro da universidade, numa perspectiva educativas e inclusiva, conforme orienta o PNAES em suas dez linhas de ações já citadas. Neste liame Arcoverde e Nascimento (2012, p.178) analisam que:

A restrição da prática do Serviço Social na assistência estudantil à burocracia do processo seletivo dos programas desenvolvidos — preenchimentos de fichas, conferência de documentos, declarações, entrevistas e avaliações, reduz as iniciativas da profissão em experiências que viabilizem: a formação de grupos de pesquisa e discussão voltados para a elaboração de propostas que objetivem interferir na realidade institucional e que sirvam para fundamentar planos, programas e projetos no setor; o desenvolvimento de atividades que efetivem o sistema de gestão existente entre a Pró-Reitorias de Assistência Estudantil e a diretoria das Casas de Estudantes; a participação direta dos estudantes/usuários nas deliberações da assistência estudantil; e sobretudo, o estímulo à organização política dos estudantes/usuários para as questões que dizem respeito à formulação e avaliação dos programas da assistência.

É necessário mencionar que para além dos benefícios pecuniários, como os auxílios moradia, transporte, alimentação e bolsa permanência, a política de assistência estudantil aponta serviços sociais em outras esferas, onde sejam desenvolvidas ações de lazer, cultura, esporte e medidas socioeducativas, que vislumbrem com maior atenção a saúde, esporte e inclusão social.

Outra abordagem a ser pontuada diz respeito ao fato de que por mais que grande maioria dos assistentes sociais tenham uma formação profissional e crítica condizente com o projeto ético político do serviço social, que lhes permitam agir em suas práticas cotidianas de maneira elaborada e coerente, estes profissionais muitas das vezes não conseguem ultrapassar as limitações que os diferentes campos de atuação impõem através das suas próprias condicionalidades e das transformações socioeconômicas e históricas ocorrentes, onde o profissional tem que se adequar a estas alterações. Oliveira (2010) nos relata que o espaço profissional não está dado em si mesmo! Encontra-se em permanente e dinâmico processo de redimensionamento, cabendo aos profissionais entender e detectar as tendências presentes na sociedade, apropriando-se das possibilidades historicamente dadas e transformando-as em propostas de trabalho. O que está em jogo é a relação entre conhecimento e realidade, entre teoria e prática social.

Nesta perspectiva mencionada acima que abrange as interferências das condicionalidades colocadas nos espaços de atuação dos assistentes sociais, Arcoverde e Nascimento (2012, apud Iamamoto, 2007, p. 424) sinalizam que a prática dos profissionais do Serviço Social é mediada pela tensão existente entre seu trabalho controlado e submetido ao poder do empregador, ou seja, o Estado, e o seu comprometimento com as respostas dadas as demandas dos sujeitos. As contradições presentes nos espaços sócio ocupacionais do Serviço Social, interferem no seu direcionamento, nas atribuições, nos recursos, entre outras dimensões, cuja força decorre das relações de poder econômico e político.

Diante desta realidade exposta, o profissional do serviço social, além de sentir na pele as limitações que o próprio estado impõe, enquanto órgão empregador, é por muitas vezes submetido a intervenções de outras categorias profissionais dentro das suas instituições de trabalho. Dentro do CCTA, percorrendo essa linha de raciocínio nosso entrevistado pontua com relação aos resultados dos processos seletivos:

Recordo-me que quando cheguei aqui 10 anos atrás, no segundo dia de trabalho já havia uma seleção para uma bolsa, fui “jogado aqui”, sem nem uma capacitação, e encontrei na minha mesa um recadinho que me mandava inserir determinado aluno no programa de assistência estudantil, diante disso eu me dirigi até a sala da pessoa que me deixou aquele bilhete e me contrariei imediatamente, explicando que ela iria participar normalmente da seleção. Então esse meu posicionamento naquele momento foi importante para definir meu perfil profissional, abrindo caminhos para um serviço social realmente comprometido com a legalidade, com as normas. (ASSISTENTE SOCIAL).

É de suma importância respaldar em nossos escritos a relativa autonomia profissional dos assistentes sociais dentro de suas áreas trabalhistas, visto que a subordinação nestes espaços se dá de forma muito constante, sendo necessária uma postura de comprometimento por parte desta categoria, mediante tais fatos.

Outro aspecto relevante e que cabe ser destacado nessas entrelinhas diz respeito a uma condição que muitos profissionais do serviço social enfrentam na sua labuta diária, a sua fragilidade emocional. Segundo Guerra (2010, p.722)

Por vezes, as ações repetitivas, rotineiras e acríicas, os imediatismos, a fragmentação do trabalho, a urgência em dar respostas, a necessidade de buscar soluções individuais, sendo responsabilizado pelo seu sucesso ou fracasso, acarreta doenças profissionais, submetidos que estão à pressão para resolver os problemas que requisitam respostas imediatas e urgentes. (ASSISTENTE SOCIAL).

A degradação das condições de trabalho e vida dos assistentes sociais, a responsabilização, a cobrança e pressão institucional e por parte dos usuários, é um assunto pouquíssimo abordado, mas que traz como consequências para muitos profissionais um sofrimento que desencadeia no verdadeiro adoecimento mental. Sabemos que existem os profissionais que assumem culpabilidade por não conseguirem atender determinada demanda, já que como colocamos anteriormente sua prática não depende apenas de si, e acabam passando por momentos de frustração profissional. Nessa linha de pensamento nosso entrevistado traz as seguintes evidenciações:

Já vi e entrevistei alunos aqui que precisavam muito daquele benefício, mas por questão de limitação de quantidade não foi suficiente, fazendo com que o aluno trancasse o curso, então é importante a gente entender essa análise macro - societária, dessas transformações que estão afetando a educação e a política de assistência estudantil, para poder entender que o problema não somos nós enquanto categoria profissional, o problema envolve outros atores sociais. [...] realmente estamos emergidos num cenário de política estritamente focalizada, onde muitas vezes por pressão institucional, o profissional acaba adoecendo por ver várias situações de alunos que tanto precisam daquele auxílio. (ASSISTENTE SOCIAL).

Ainda envolvidos nesse raciocínio das fragilidades do serviço social no ensino superior nosso entrevistado nos relatou que na especificidade do CCTA lida em certas situações com práticas que trazem traços extremamente conservadores:

É muito comum as pessoas olharem para o serviço social e alegar que tal estudante mora na residência, mas tem um iphone ou uma moto, isso reforça aqueles traços conservadores que a sociedade traz, e acaba colocando como se fosse missão do serviço social vigiar e punir estas pessoas, então acredito que dos traços do passado esse é um fato que ainda se faz muito presente.[...] hoje como profissional eu tenho a maturidade e o cuidado para que os estudantes não associem isso, busco cuidadosamente não olhar para estas pessoas desta forma que chega a ser constrangedora, muito embora, a gente também se depare com uma situação que é um grande nó, que é a focalização do programa. [...] Aqui no CCTA tivemos casos de alunos filhos de dono de posto de gasolina, assim como temos estudantes que são oriundos do Bolsa Família, logicamente defendemos políticas universais, mas não temos vagas pra todo mundo, então considero esse um grande desafio para o serviço social especialmente neste espaço em que se repercute de forma muito presente este retorno ao passado que acaba batendo a nossa porta de forma recorrente. (ASSISTENTE SOCIAL).

Infelizmente configura-se como mais uma atribuição imposta aos assistentes sociais envolvidos na política educacional, o desenvolvimento de uma dimensão policialesca para a profissão, que por vezes os profissionais assumem frente aos programas. O processo seletivo para inserção nos programas de assistência estudantil, especialmente a bolsa Paeg, reúne um imenso número de candidatos e diante dessa diversidade de perfis socioeconômicos, o assistente social em determinadas situações tem que averiguar cuidadosamente cada situação, já que o setor de serviço social por muitas vezes passa a ser um local de “denúncias” onde são questionados elementos peculiares como qualidade do celular e até mesmo aparência dos alunos, o que reforça a ideia do retorno aos comportamentos conservadores principalmente por parte dos alunos no CCTA.

Além dessas contestações que muitos alunos trazem ao setor de serviço social com relação ao perfil de alunos inseridos nos programas de assistência estudantil do CCTA, uma preocupação do assistente social desta instituição é com relação ao olhar que muitos destes discentes lançam sobre ele, de acordo com trechos da entrevista:

[...] somos os responsáveis por deferir e indeferir os processos de seleção, a comunidade acadêmica por muitas vezes não entende, não tem essa visão mais ampliada do que é uma política neoliberal que estamos passando, que prioriza os corte , sendo pautada na focalização e não na universalização, então quem dá o não quando sai o resultado é o assistente social. (ASSISTENTE SOCIAL).

A assistência estudantil traçada hoje como uma política extremamente focalizada, atrelada ao processo neoliberal que assola a atual conjuntura, diante de um cenário de reformas e cortes seletivos, faz com que o profissional do serviço social viabilize as ações de

assistência estudantil selecionando dentre os pobres os mais pobres, tal fato faz com que esses profissionais sejam culpabilizados e vistos como os “sujeitos que cortam”, já que para muitos alunos torna-se difícil compreender o serviço social imerso neste cenário de retração de recursos e direitos.

Se pensarmos na composição do quadro profissional que integra a assistência estudantil da UFCG campus Pombal, a chegada dos profissionais na área da nutrição e psicologia configura-se como avanço dentro desta instituição, já que o assistente social encontrava-se sozinho frente ao setor de serviço social do CCTA, exercendo suas funções para além do que era inerente a sua categoria, ultrapassando o seu fazer profissional e adentrando na área destes profissionais supramencionados, visto que diante de muitas situações como a gestão do restaurante universitário, atendimento a alunos que notoriamente necessitavam de um apoio psicológico, o assistente social era submetido a realizar funções similares, diante da ausência de profissionais específicos para esse tipo de demanda. Mediante trechos de nossa pesquisa:

Aqui em Pombal, aliás, acho que em quase todos os campi, a equipe da assistência estudantil começou com apenas um assistente social e através de muita luta dessa categoria profissional internamente, conseguiu-se nesses últimos concursos que foram realizados, a abertura de vagas para psicólogos, pois tem crescido demais a demanda no que diz respeito a saúde mental. [...] Já que estavam sendo construídos restaurantes universitários em todos os campi, também foi necessário um nutricionista, então, a equipe técnica da assistência estudantil daqui de Pombal hoje é assistente social, nutricionista e psicólogo e a gente conta com apoio na secretaria de uma terceirizada, que não é concursada, mas que tem contribuído muito com este processo. [...] Contamos com o psicólogo, nutricionista e temos o assistente social. [...] Temos feito as ações interligadas, em parceria, obviamente em alguns momentos temos as particularidades de algumas divergências enquanto equipe, mas isso não tem atrapalhado o andamento das atividades. [...] Aqui temos conseguido avançar principalmente com relação as ações socioeducativas, através da chegada de outros profissionais, realizamos ações de saúde recentemente, onde o serviço social contribuiu com o setembro amarelo, que foi o mês de valorização à vida e contra o suicídio. (ASSISTENTE SOCIAL).

É necessário manter a importância das ações integradas e conjuntas realizadas através da parceria firmada entre os profissionais que compõem a assistência estudantil do CCTA, visando uma aproximação aos discentes numa perspectiva educativa e inclusiva. Apesar de tais avanços se gestaram nesta universidade, temos ainda algumas fragilidades relacionadas a este quadro de profissionais, especialmente no que compete a saúde, onde a ausência de médicos, enfermeiros ou dentistas impedem a execução de ações pontuais e emergenciais de primeiros socorros ou até mesmo medidas educativas. Hoje no nosso país temos pautas discutidas mês a mês, é cabível citar o setembro amarelo, outubro rosa, novembro azul, em dezembro temos o mês de combate a Aids, onde todas essas campanhas nacionais podem ser

direcionadas dentro da universidade, quando se tem a parceria entre os corpos profissionais da assistência estudantil.

Passando a analisar a concepção estrutural do CCTA, evidenciamos que devido as suas instalações relativamente recentes, a instituição sob a ótica do nosso entrevistado tem sua estrutura favorável, existindo algumas fragilidades nas residências universitárias, o que segundo ele gera certo desconforto devido a demora do processo licitatório, que é realizado pelos profissionais terceirizados. A luz de suas colocações:

Na sala do serviço social, temos como manter o registro e o arquivamento em termos de sigilo, o atendimento em sala que tanto oferece conforto ao profissional, quanto ao usuário, [...] Hoje a estrutura do restaurante universitário aqui de Pombal é um dos melhores da UFCG, acho que da UFPB também, funciona por meio de gestão direta e totalmente gratuito, os equipamentos são novos. A residência é como te falei, decorrem nela alguns problemas na infraestrutura que desencadeiam na necessidade de uma reforma, temos muitos problemas de infiltração e eu acho os quartos pequenos para abrigar quatro pessoas [...] a gente tem uma dificuldade mesmo na infraestrutura, pra manter as infraestruturas dessas residências universitárias funcionando, porque tudo é por meio de licitação, então no setor de infraestrutura acaba material e existe a falta de programação deles, às vezes pede o processo, só que a tramitação do processo licitatório, acaba que emperrando em algumas fases. (ASSISTENTE SOCIAL).

Mediante o exposto acima a cobrança pelos aspectos estruturais das residências universitárias é um fator que fragiliza o convívio dos alunos com o assistente social do CCTA, que é bastante cobrado nesta perspectiva, sendo este tipo de processo licitatório uma questão burocrática pertinente a outros setores. Percorrendo essa linha de raciocínio acerca da relação assistente social e usuário das políticas de assistência estudantil, esse vínculo, para além de algumas particularidades, é fortalecido a partir da sinceridade e tolerância. Por estar na condição de coordenador de assistência estudantil, além de assumir o cargo de assistente social, nosso entrevistado relata sentir certa insegurança em determinadas situações:

No que diz respeito ao atendimento, pode ser uma impressão minha, mas sinto que como estou a frente da coordenação de assistência estudantil, as vezes fico meio inseguro se o estudante vai vir até mim enquanto coordenador ou assistente social. [...] No mais é uma convivência pacífica, respeitosa, temos pautado muito pela verdade, quando dá pra atender eu realmente assumo esse compromisso, mas, quando eu vejo que por várias limitações, como eu já te disse a exemplo, da questão de infraestrutura que depende de outros setores, eu sou muito tranquilo em dizer a realidade que se passa, e justamente em face disso eu consegui ter uma respeitabilidade por parte dos estudantes, e isso também foi construído graças a sinceridade dele também. (ASSISTENTE SOCIAL).

De certa forma há essa confusão relatada anteriormente por parte dos usuários e do corpo profissional que integra o CCTA, visto que nosso entrevistado ocupa dois cargos nesse espaço educacional, sendo além de assistente social, coordenador do setor de assistência

estudantil. Como coordenador o mesmo exerce em alguns momentos submissão sobre os alunos e profissionais, já como assistente social as ações exigem outro fazer profissional, o que implica nessa falta de entendimento, diante de certas ocasiões.

Tendo sido abordadas no decorrer de nossa pesquisa as principais demandas advindas ao assistente social, a forma como se gesta a viabilização dos programas de assistência estudantil oferecidos no CCTA, a relação desta categoria com os demais profissionais e os avanços que estes trouxeram, além das fragilidades que a universidade apresenta nos seus aspectos estruturais e dentro do próprio serviço social, nosso sujeito pesquisado encerra o processo de entrevista com uma importante colocação quando o indagamos sobre o principal desafio que ele tem enfrentado enquanto assistente social:

[...] como maior desafio para fortalecer o que a gente defende enquanto categoria profissional que é a ampliação se trata da fragilização do movimento estudantil, porque uma coisa é uma pessoa chegar na direção e relatar o que está acontecendo, outra coisa é juntar 115 residentes, duzentos e poucos bolsistas e lutar pelos seus ideias, pressionar a reitoria, para que a luta não seja apenas do serviço social. (ASSISTENTE SOCIAL).

Sabemos que o aumento do número de profissionais inseridos na política educacional, especialmente no ensino superior como abordamos nesta pesquisa, além da revisão e ampliação do número de vagas nos programas oferecidos, maior envolvimento e compreensão da importância de um trabalho integrado e multidisciplinar com outros profissionais, são sim respostas que podem ser dadas a fragilidade da assistência estudantil atual. No entanto, para além dessas especificidades, como de forma importante é situada pelo nosso sujeito na sua fala recortada acima, o movimento estudantil é um fator preponderante para que estas mudanças sejam realizadas.

É necessário entender que enquanto cidadãos, nós temos o poder e dever de lutar por nossos direitos, cabe citar o processo eleitoral que vivenciamos recentemente, onde a partir do voto tivemos a oportunidade de escolher os responsáveis pela gestão do país nos próximos quatro anos, infelizmente o que se assinala diante do fim desse processo eleitoral é um próximo cenário de mais cortes e retrações de direitos e compete a nós nessa conjuntura que se avizinha levantarmos nossas bandeiras de luta nos diversos segmentos sociais, em especial naquele que nos referimos durante esse trajeto : o movimento estudantil, porque muita bandeira de luta pode ser ampliada se tivermos um movimento estudantil fortalecido. A luta também é nossa!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada neste trabalho nos sinaliza que a assistência estudantil da UFCG, na particularidade do CCTA, é conduzida através da forte influência dos ditames neoliberais, que priorizam a focalização, seletividade e o caráter excludente das ações, apesar do assistente social desta instituição de ensino realizar suas atividades profissionais de forma extremamente comprometida com o acesso aos programas ofertados e com a classe estudantil, sua prática não é suficiente para mudar a realidade onde mínimos são os recursos e grande as demandas.

Na instituição como foram relatados os programas assistenciais executados fortemente como preconiza as dez linhas de ações do Pnaes distribuem-se em três eixos que são restaurante universitário, residência universitária e bolsa Paeg, ambos regulamentados a partir de editais pertinentes a cada um, que colocam condições para o acesso e permanência desses usuários.

Diante da viabilização de tais programas, temos o assistente social como o profissional responsável pela avaliação socioeconômica, análise documental e divulgação dos resultados dos processos seletivos que inserem os alunos nos programas de assistência estudantil. Esse processo de verificação de papéis, de acordo com os dados coletados nesta pesquisa corresponde a principal atribuição advinda ao assistente social do CCTA, tratando-se de um processo lento, já que a instituição conta apenas com um profissional no setor de serviço social frente a demanda crescente de universitários que gritam por inserção nestes programa.

O fato retratado anteriormente esbarra frontalmente na questão de tempo e impossibilita o assistente social de realizar ações mais elaboradas, visitas domiciliares, palestras educativas e outros projetos inclusivos, além de provocar em certos casos, o adoecimento mental dada a convivência diária do profissional de serviço social com jovens inseridos nas instituições de ensino superior que necessitam claramente de acesso a estas políticas educacionais e por questão de recursos são distanciados destas, inclusive abandonando os cursos.

Outro aspecto relevante na nossa pesquisa refere-se a composição do quadro de profissionais inseridos na política de assistência estudantil do CCTA. Nosso sujeito entrevistado pontua como avanço a chegada do psicólogo e nutricionista, visto que antes era inexistente a presença destas categorias supramencionadas, o que ocasionava uma maior preocupação por parte do assistente social que por vezes exercia posicionamentos que fugiam do seu fazer profissional e adentravam em outras áreas.

Hoje, de acordo com as falas expostas nesta pesquisa, passaram a serem realizadas ações que envolvem as três categorias profissionais citadas acima junto aos discentes da UFCG, campus / Pombal, numa perspectiva educativa e inclusiva, sendo importante destacar a relativa autonomia de cada profissão, apesar de existirem divergências de pensamentos entre ambas o respeito e a tolerância são aspectos fundamentais entre essas.

Junto aos universitários inseridos nos programas de assistência estudantil do CCTA, concluímos que o serviço social também possui uma aproximação saudável e respeitosa, ocorrem apenas alguns posicionamentos conservadores por parte de alguns destes alunos, além de certas situações indesejáveis em função de alguns processos burocráticos.

No desfecho da presente pesquisa trouxemos uma importante evidência do sujeito pesquisado que traz em suas colocações o fato de que além do comprometimento profissional do assistente social no âmbito da educação superior e das ações governamentais no que diz respeito a melhoria nas políticas públicas de assistência estudantil, compete ao movimento estudantil se fortalecer e levantar suas bandeiras de luta.

Em face ao exposto, acredita-se que as discussões realizadas no decorrer desta pesquisa foram reveladores da prática profissional do assistente social frente a assistência estudantil atual, possibilitando a contribuição para fomentação de debates sobre a assistência estudantil entre discentes assistidos pelos programas assistenciais nas universidades, profissionais engajados neste âmbito profissional e demais leitores, tendo em vista que esta é uma temática pouco debatida e quanto mais discussões e reflexões em torno do assunto, forem realizadas, maior será a contribuição para o aprimoramento dos programas em foco e para um maior comprometimento na efetivação da assistência estudantil.

REFERÊNCIAS

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito; NASCIMENTO, Clara Martins do. **O serviço social na assistência estudantil: reflexões acerca da dimensão político-pedagógica da profissão.** Congresso de Assistência Estudantil, Fórum Nacional de Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, Minas Gerais, 2012.

BARROCO, Maria Lucia. “Não Passarão!” ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 124. 2015.

BRAGA et al, Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação. Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. **Conselho Federal de Serviço Social**, Série 3, ano 2014.

BRASIL, Decreto Nº 7.234, De 19 De Julho De 2010, **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.** Brasília,DF, 2010.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil Em Contra Reforma-Desestruturação Do Estado e Perda De Direitos.** Ed. Cortez. SP, 2003, 304 páginas.

CAVAIGNAC, Mônica Duarte; COSTA, Renata Maria Paiva da. Assistência Estudantil E Contrarreforma Do Estado. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017

DURIGUETTO, Maria Lúcia. MONTAÑO, Carlos. Estado, **Classe e Movimento Social.** 3º edição, São Paulo, Editora Cortez, 2010, 384 páginas.

GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 104, p. 715-736, out./dez. 2010.

KOWALSKI, Aline Vieiro. **Os (Des)Caminhos Da Política De Assistência Estudantil.** 2012, 180 f., Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 2012.

LIMA, Katia R. R.; PRADO, Francisca H. S.; NOVAES, Marcos A. B. de. **Estado, Políticas Públicas, contrarreforma e acesso à Educação Superior no governo Lula da Silva.** V Jornada Internacional de Políticas Públicas: “Estado, Desenvolvimento e Crise do Capital”. São Luís/Maranhão, 2011.

MARQUES, Sebastião Marques. **O exercício profissional do Assistente Social na Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Campina Grande-UFCG**. 2010, 148 f. Trabalho monográfico apresentado ao Departamento de Serviço Social – SER/IH da Universidade de Brasília. Brasília, 2010.

MARQUES, Sebastião Rodrigues. **O Programa Nacional De Assistencia Estudantil/Pnaes: uma análise a partir dos/as assistentes sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)**. 2014, 268 f.268. Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa- PB 2014.

MARX, K. **O Capital**. v. I, tomo 1, São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MELO et al. A Inserção Do Serviço Social Na Educação: Uma Ponte Para A Afirmação Das Políticas Públicas De Inclusão. **Revista Includere**, Mossoró, v. 1, n. 1, p. 117-127, Ed. Especial, 2015.

MINAYO; Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: DESLANDES et al. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Editora Vozes, 2002, p.09-29.

MOTA, Ana Elizabete. Espaços ocupacionais e dimensões. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 120, p. 694-705, out./dez. 2014

NASCIMENTO, Clara Martins do. **Assistência Estudantil E Contrarreforma Universitária Nos Anos 2000**. 2013, 159 f. Dissertação apresentada à banca examinadora para a obtenção do grau de Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco. Universidade Federal De Pernambuco. Recife-PE, 2013.

NETO; Otávio Cruz. O Trabalho de campo como descoberta e criação. In: DESLANDES et al. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Editora Vozes, 2002, p.51-66.

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-político do Serviço Social Frente à Crise Contemporânea. **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. Módulo 01. Brasília. CFESS/ABEPSS/DSS e CEAD-UnB, 1999.

NETTO, José Paulo. O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. **Revista Serviço Social e Sociedade**. Nº 84 – ANO XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. Introdução ao Método na teoria social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

OLIVEIRA, I. I. M. C. Configurações do ensino superior e a formação e a formação profissional dos assistentes sociais: desafios para a intervenção. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 104, p. 737-749, out./dez. 2010.

Portal Do Centro De Ciências E Tecnologias Agroalimentar, Disponível em <http://www.ccta.ufcg.edu.br/index.php?action=view_page&page=31> , acesso em 12 de novembro de 2018.

SOUSA, Neiva Lopes. **Serviço Social E A Política De Assistência Estudantil Na Unb**. 2014, 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília(UnB). Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O Projeto Ético-Político do Serviço Social. CFESS, ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. CEAD/UnB. Brasília. 2009.

TRIVIÑOS, Augusto N. S.. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: **Atlas**, 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE I – ROTEIRO DE ENTREVISTA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA UFCG: Um
enfoque na particularidade do CCTA- Pombal.
Pesquisadora : Geane Laise de Sousa Garcia

ROTEIRO DE ENTREVISTA

EIXO 1: DADOS PESSOAIS E PROFISSIONAIS

1-Sexo:

Feminino Masculino

2-Etnia/Cor:

Branca Parda Amarela Negra

3- Idade: _____

Católica Evangélica Espírita Outra

5-Local de Moradia/Origem: _____

6-Local atual de Trabalho: _____

7-Ano de Formatura: _____

8- Instituição onde se formou:

9- Forma de ingresso na instituição em que trabalha:

Concurso público Contrato Temporário Outros

10-Trabalha em outra instituição?

Sim Não

Em caso afirmativo especifique qual a outra instituição:

Pública Privada ONG Outra:

EIXO 2: PROGRAMAS E AÇÕES DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UFCG

11- Quais as atividades de Assistência Estudantil desenvolvida pelo campus?

12- Como você avalia a existência dos programas de Assistência Estudantil da UFCG?(especificar detalhes de cada um).

13- Como ocorre o processo de seleção dos alunos para inserção nos programas de Assistência Estudantil?

14- Qual o perfil do estudante para ser inserido nos programas de Assistência Estudantil da UFCG?

15- Existe a interferência de outros setores e/ou pessoas influentes na instituição ou fora dela nos resultados das seleções socioeconômicas? Comente.

16- As atuais ações de assistência estudantil desenvolvidas no campus atendem a todas as dimensões da assistência ao estudante prevista no PNAES? Em caso negativo relate quais outras ações deveriam ser desenvolvidas e porque não ocorrem.

17- Quais os profissionais que compõem a equipe para o desenvolvimento das atividades de Assistência Estudantil na instituição? (relate se existe ou não uma boa convivência entre o Serviço Social e estes profissionais).

18- Você considera suas condições objetivas e subjetivas de trabalho favoráveis? Comente.

EIXO 3: ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

19- Você conhece os subsídios para atuação dos assistentes sociais na Política de Educação? Em caso afirmativo, comente aspectos importantes deste documento.

20- Qual a importância do Serviço Social no PNAES?

21- Quais são as principais requisições profissionais (demandas) advindas ao Serviço Social da UFCG?

22- Como são desenvolvidas as atividades do assistente social na UFCG. Especifique.

23- Descreva como é a convivência do serviço social juntos aos alunos.

24-O que você julga ser necessário para melhorar a execução dos serviços de assistência estudantil?

25-Como você avalia as instalações prediais dos equipamentos (residências e restaurante universitário)?

26- Quais os maiores desafios que você vem enfrentando enquanto assistente social desde sua inserção nesta instituição?

APÊNDICE II
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, portador do RG _____, CPF _____, fui informada/o que a pesquisa **O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA UFCG: UM ENFOQUE NA PARTICULARIDADE DO CCTA- POMBAL** é desenvolvida a partir dos pressupostos do Projeto Ético-Político do Serviço Social, a ser realizada sob responsabilidade da pesquisadora: _____, e com orientação do Professor(a): _____.

Em face ao exposto, concordo em participar da mesma, com a garantia de anonicidade e sigilo com relação a todo o conteúdo e que as informações coletadas sejam utilizadas para efeito de análise e divulgação científica. Estou ciente de que posso retirar o meu consentimento a qualquer tempo, informando minha decisão as pesquisadoras, sem que isso acarrete nenhum tipo de prejuízo a minha vida pessoal.

Pesquisadora: _____

Endereço: _____

Celular: _____

E-mail: _____

Orientadora: _____

E-mail: _____